

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**UMA PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PONTE
PEDRO IVO CAMPOS**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM 5420-Monografia**

Por Eneida Alves Tavares

Orientador: Prof. João Rogério Sanson

Área de Concentração: Finanças Públicas

**Palavras-chaves: 1 – Perícia-econômica
2 – Superfaturamento**

Florianópolis, Março de 1999.

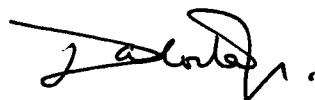
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota.....4,5.....à aluna Eneida Alves Tavares na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste Trabalho.

Banca Examinadora:

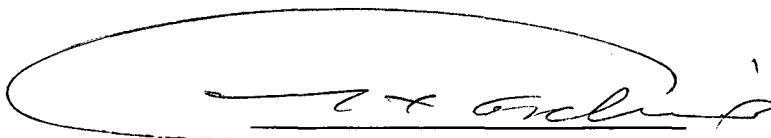


Prof. João Rogério Sanson
Presidente



Prof. Nilton C. A. da Costa
Junior

Membro



Prof. Francisco de A. Cordeiro
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Rogério Sanson, por sua dedicação e excelente orientação.

Ao Eng.º Celito Cordioli pelo empréstimo de todo o material necessário à elaboração desta monografia.

Aos meus familiares, especialmente minha filha Vanessa e Antenor, cujo apoio e colaboração foram essenciais.

À Delma Pinto e Paulo José Korbes (Nispe) por suas contribuições.

A todos que, de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho.

3.4 – Sequência de uma Avaliação.....	32
3.5 – Componentes de uma Avaliação.....	33
3.6 – Elaboração do Laudo Pericial.....	34

CAPÍTULO IV

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE

4.1 – Histórico da Obra.....	37
4.2 – Subcontratação da Empresa Transpavi-Codrasa.....	43
4.3 – Contratação da Empresa Figueiredo Ferraz.....	44
4.4 – Resultados da Perícia.....	45

CAPÍTULO V

UM EXERCÍCIO DE PERÍCIA

5.1 – Descrição do Contrato DJ-053/82 e seus Aditivos.....	50
5.2 – Descrição do Contrato DJ-062/82 e seus Aditivos.....	52
5.3 – Atualização dos Valores dos Contratos DJ-053/82 e 062/82 e seus Aditivos.....	53
5.4 – Ressarcimento por Atraso de Pagamento.....	56
5.5 – Cálculos de Pró-rata das Faturas com Vencimento para 30 dias.....	57
5.6 – Cálculo dos Valores Totais de Pró-rata.....	58

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
---------------------------------	----

SUMÁRIO

	Página
ANEXO.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
RESUMO.....	viii
 <u>CAPÍTULO I</u>	
INTRODUÇÃO	
1.1 – Problemática.....	11
1.2 – Objetivos.....	14
1.3 – Metodologia.....	14
1.4 – Organização do Trabalho.....	15
 <u>CAPÍTULO II</u>	
LICITAÇÕES	
2.1 – As Atribuições Econômicas do Governo.....	18
2.2 – Orçamento Público.....	20
2.3 – Processo Licitatório na Execução de Obras Públicas.....	22
2.4 – Contratos Administrativos.....	24
 <u>CAPÍTULO III</u>	
PERÍCIAS JUDICIAIS	
3.1 – Perícias Judiciais, Definições e Conceitos.....	27
3.2 – As Perícias Quanto à Atividade, em si, dos Peritos.....	30
3.3 – Métodos de Avaliação para Realização de uma Perícia.....	31

ANEXO

Página

ANEXO 01

Exemplo do Resultado de um Laudo Pericial Endereçado ao Juiz..... 65

LISTA DE TABELAS

Página

TABELA 1

Contrato DJ-053/82 e Seus Aditivos Com o Valor Atualizado do Contrato..... 51

TABELA 2

Contrato DJ-062/82 e Seus Aditivos Com o Valor Atualizado do Contrato..... 52

TABELA 3

Atualização dos Valores do Contrato DJ-053/82 e Seus Aditivos..... 54

TABELA 4

Atualização dos Valores do Contrato DJ-062/82 e toda Adição de Serviços..... 55

TABELA 5

Ressarcimento por Atraso de Pagamento..... 56

TABELA 6

Cálculos de Pró-rata das Faturas com Vencimento para 30 dias..... 57

TABELA 7

Cálculo dos Valores totais de Pró-rata nos Anos de 1989, 1990 e 1991..... 58

RESUMO

O objetivo desta monografia é praticar um exercício em perícia econômica, através da análise das contas que envolveram a construção da ponte Pedro Ivo Campos; procurando, assim, mostrar a importância da participação de economistas neste tipo de perícia.

Mostrar-se-á sucintamente os aspectos mais importantes no processo licitatório que envolvem a execução de obra pública, bem como a formalização dos contratos dele decorrentes.

Serão apresentadas as definições e conceitos sobre perícias judiciais, os métodos de avaliação pericial, seus componentes, além de diretrizes para elaboração de laudos judiciais, procurando demonstrar, assim, a importância e a utilidade das perícias judiciais.

No presente trabalho, será apresentado um histórico da construção da ponte Pedro Ivo Campos; e, citar-se-á as principais denúncias de irregularidades frente a Superintendência, que foi criada para acompanhar e fiscalizar os serviços contratados.

Devido a estas denúncias de irregularidades, o Estado designou peritos da Polícia Civil para periciarem e procederem análise dos contratos DJ-053/82 e 062/82 e seus termos aditivos, buscando comprovarem possíveis irregularidades técnicas administrativas e financeiras que tenham acarretado ônus ao Estado, no decurso de sua vigência e execução da obra.

Serão detalhados os resultados das principais irregularidades encontradas pelos peritos. Segundo os mesmos, a mais grave ocorreu no aditivo DJ-053/82/A .8/87, pois nesse aditivo, a empreiteira pediu mais que a correção monetária e o Estado pagou mais do que a empresa havia pedido. Nesse mesmo termo aditivo, em sua Cláusula Segunda, o prazo dos pagamentos das faturas foi reduzido de 30 para 5 dias, acarretando prejuízo ao Estado, pois incidia cobrança de multa se os pagamentos fossem feitos com atraso.

No exercício de perícia realizado, conclui-se que no cálculo da atualização dos contratos DJ-053/82 e 062/82, em comparação com o resultado que consta nos valores finais do contrato, obteve-se Cr\$ 17.292.555.160,04 e Cr\$ 8.166.093.880,07, em relação

aos do contrato original, CR\$ 2.140.676.500,94 e Cr\$ 33.523.842,06 respectivamente, podendo-se observar uma relação de 8 vezes e 24 vezes o valor do contrato original.

Referente ao pagamento das faturas em atraso, com vencimento para 30 dias e não 5 dias como previa o A.8/87, e seguindo a metodologia que os peritos utilizaram para os cálculos dos pró-rata, eles obtiveram um total de 7 milhões BTN's, e com a mudança da data do vencimento, obteve-se um total de 4 milhões BTN's.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

1.1-Problemática

Em 1969 o grande volume de tráfego sobre a ponte Hercílio Luz passava a exigir uma nova ligação entre a Ilha e o Continente. Foi, então, elaborado um projeto compreendendo duas pontes gêmeas e idênticas, que seriam implantadas com defasagem de 10 anos. A primeira, a Colombo Salles-eixo “A”, foi entregue ao tráfego em março de 1975 e veio a ter sua capacidade praticamente esgotada com o fechamento, por medida de segurança, da ponte Hercílio Luz, em 1982. O Governador da época procurou enviaar todos os esforços para viabilizar o início da duplicação da ponte Colombo Salles, denominada na época de eixo “B”.

A diferença mais significativa entre as duas pontes diz respeito à superestrutura, onde as rampas de acesso as passarelas para pedestres seriam metálicas, em substituição as escadas da ponte Colombo Salles.

Ao mesmo tempo em que se realizariam as obras do eixo “B”, depois denominada de ponte Pedro Ivo Campos, seria implantado um novo sistema viário para acesso no lado do Continente e adequado ao já existente no lado da Ilha, com o que as duas pontes adquiririam condições de plena utilização de suas capacidades, com o escoamento contínuo e mais rápido do tráfego.

Os dados técnicos da ponte Pedro Ivo Campos na época de sua construção (1982) seriam as seguintes: travessia rodoviária, com duas passarelas para pedestres, situadas abaixo da pista para veículos, com extensão total de 1.251,91 metros, em superestrutura constituída por caixões metálicos e pavimentação asfáltica, sendo 840 metros de ponte e 411,91 metros de viadutos. A largura do tabuleiro é de 17 metros, comportando quatro faixas de tráfego de 3,75 metros cada. Obras complementares seriam realizadas no sistema viário no lado da Ilha e no lado do Continente, compreendendo serviços de drenagem, obras de arte correntes, terraplenagem, pavimentação e obras complementares, numa

extensão de 11,337 quilômetros, além de dois viadutos com 21 metros de comprimento cada um.

O perfil atual da ponte Pedro Ivo Campos é o seguinte: comprimento total: 1.257m; largura total: 17m, com quatro pistas de rolamento de 3,5m cada; vão central: 160m; passarelas: duas, com 3,4m de largura; fluxo de veículos: 70 mil/dia; estrutura: 16.500 metros cúbicos de concreto e 7,2 mil toneladas de aço.

A construção da ponte Pedro Ivo Campos, que corre paralela à ponte Colombo Salles na ligação entre a ilha e o continente em Florianópolis, foi iniciada em 1982, inaugurada em março de 1991 como a grande obra da época em Santa Catarina e saiu em torno de US\$ 24 milhões mais cara que a Colombo Salles. A obra levou nove anos para chegar ao fim. Nesse período, houve 16 aditivos (decorrentes do contrato DJ-053/82) e 11 aditivos (decorrentes do contrato DJ-062/82) ; 04 governos, e, no meio do caminho houve a troca das empreiteiras responsáveis pela construção da obra. Quando o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), recusou-se a aceitar um reajuste de 105%, que acusou a diferença de US\$ 24 milhões, foi decidido a troca. A empreiteira da obra mudou, porém o reajuste foi concedido; então, instalou-se uma CPI na Assembléia Legislativa para investigar o caso.

O relatório da CPI sobre a ponte não cita nomes, apenas mostra que houve superfaturamento, responsabilizando por isso a Superintendência da ponte, os administradores que ocupavam cargos de confiança na Secretaria de Transportes e Obras e no Departamento de Estradas e Rodagem (DER/SC) e engenheiros das empresas contratadas para construir a ponte.

Então, o Estado designou os peritos da polícia civil para apurar as denúncias de irregularidades na construção da ponte.

O processo sobre as irregularidades na construção da ponte Pedro Ivo Campos tem em torno de 10 volumes. É o maior processo da Justiça Catarinense.

Segundo o relatório dos peritos (1992, p.061), o maior superfaturamento aconteceu no aditivo nº8 (DJ-053/82). Neste aditivo, a empreiteira pediu mais que a correção monetária e o Estado pagou mais do que a empresa havia pedido.

Na parte contratual, a perícia também constatou que o Estado pagou duas vezes a colocação de perfis metálicos. Quando os perfis foram cravados bateram numa rocha e entortaram. Pelo contrato, a empreiteira deveria corrigir o problema e arcar com o prejuízo. Porém, o Estado pagou novamente os perfis metálicos, conforme apurou a perícia.

Para terminar a ponte no prazo, a colocação do dermasfalt (tipo de asfalto aplicado no vão central) foi feita às pressas, de acordo com o relatório. Assim, o que era para durar cinco anos teve a metade da vida útil.

Além das irregularidades no processo de licitação da obra, alteração do valor do contrato em mais de US\$ 20 milhões de dólares. Outro problema apontado foi a cobrança de US\$ 100 mil dólares por serviços não executados, além de pagamento de mão-de-obra não usada na construção.

Entre 1982 e 1983 foram verificadas várias inclusões indevidas de valores, quando da montagem do trecho 3 da estrutura metálica, com 300 metros de comprimento. O que foi pactuado para o pagamento de mão-de-obra acresceu, sozinho, 7,5% ao custo da obra. O que deveria ser ao redor de Cr\$ 1 milhão de dólares (à época) foi a mais de Cr\$ 120 milhões de dólares. Outro exemplo foi na fase de concretagem, o estipulado para o cálculo do custo de cada metro cúbico era de 4,5 homens/hora. Bastou uma mudança na especificação do concreto (um pouco mais duro) e a conta já subiu para 32 homens/hora. Tudo isto encareceu a obra.

Outra irregularidade encontrada está na escavação em rocha registrada como em 131 metros, quando a previsão era de apenas 40 metros. Com isso, foram gastos Cr\$ 340 milhões de cruzeiros a mais. Além disso, o fato de os administradores da obra evocarem para si o direito de celebrar licitações, quando a competência era da Secretaria dos Transportes e Obras, teria aumentado em Cr\$ 3,8 milhões os termos de aditamento.

O problema estourou a partir de 1987, quando as obras foram agilizadas. De 1982 até 1986 apenas 20% tinham sido executados e quase nada foi pago. O combinado e acertado nessa época só foi desembolsado de 1987 em diante.

De acordo com os peritos (Laudo Pericial nº IC/1235/92) designados pelo Estado, a construção da ponte Pedro Ivo Campos custou em torno de US\$ 24 milhões a mais do que deveria.

Cabe salientar que não houve a presença de economistas na perícia realizada; sendo este profissional de extrema importância neste tipo de perícia. No caso da construção da Ponte Pedro Ivo Campos, por envolver uma quantia vultuosa, era imprescindível a avaliação de um economista, para que através de seus conhecimentos efetuasse uma perícia econômico-financeira.

1.2 – Objetivos

Este estudo tem como objetivo principal praticar um exercício em perícia econômica, através da análise das contas referentes à construção da ponte Pedro Ivo Campos.

De forma mais específica, far-se-á um levantamento dos valores contidos no Contrato DJ-053/82 , firmado entre o Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER/SC e a Usiminas Mecânica S.A. e todos os seus aditamentos (16 aditivos) e o Contrato DJ-062/82 entre o DER/SC – Superintendência e a Figueiredo Ferraz-Consultoria e Engenharia de Projeto Ltda., e seus aditamentos (11 aditivos). Também será recalculado os valores inflacionados dos novos serviços aditados; além dos cálculos de pró-rata das faturas com vencimento para 30 dias e não 05 dias como estava previsto no DJ-053/82/A .8/82 .

1.3 – Metodologia

A metodologia da presente monografia teve como base uma ampla investigação em toda documentação existente sobre os custos da construção da ponte Pedro Ivo Campos, e levantou-se todos os valores encontrados pela perícia, extraindo informações pertinentes a estruturação da presente monografia, procurando adequar o assunto aos problemas econômicos estudados no campo das ciências econômicas.

O trabalho também contou com a contribuição de algumas instituições como a Assembléia Legislativa do Estado, o Departamento de Estradas de Rodagem-DER/SC, e dos Peritos designados pelo Estado.

Serão enfocados os princípios, as definições e normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes à execução de obras públicas, para que se obtenha um melhor entendimento do assunto ora estudado.

Será, por fim, exemplificado, através de dados disponíveis sobre a ponte Pedro Ivo Campos, o modo como pode ser elaborado um laudo pericial que deve ser encaminhado ao Juiz.

Para que se chegue aos resultados finais das investigações sobre os custos da construção da ponte Pedro Ivo Campos, e dos valores levantados pelos peritos designados, especial atenção será dada ao uso de índices de preços para fins de atualização monetária dos valores dos contratos e de toda adição de serviços.

O método utilizado será o analítico-comparativo, pois esta metodologia permitirá a análise dos dados obtidos através de levantamentos, podendo-se fazer uma comparação entre os valores nominais e os valores reais, isto é, considerando os efeitos inflacionários.

1.4 – Organização do Trabalho

Todo o conteúdo deste trabalho está organizado em seis capítulos.

No capítulo I são citados os principais problemas encontrados na construção da Ponte Pedro Ivo Campos, devido às denúncias de irregularidades da mesma.

No capítulo II estão descritas as atribuições econômicas do governo, bem como a importância do orçamento público entre o planejamento e a área financeira visando o bom funcionamento dos serviços essenciais da população; bem como constam os aspectos mais importantes no processo licitatório quando se trata de execução de obra pública; como também o que deve ser observado no contrato administrativo decorrente desse tipo de licitação.

Já no capítulo III são apresentados as definições e conceitos sobre perícias judiciais; bem como os métodos de avaliação pericial, seus componentes, além de diretrizes para elaboração de laudos judiciais.

O capítulo IV tem como objetivo um relato sucinto histórico da ponte Pedro Ivo Campos; bem como detalhar, através das conclusões dos peritos contratados pelo Estado, as diversas irregularidades que originaram o superfaturamento nos serviços de construção da citada ponte.

No capítulo V constará efetivamente o exercício em perícia econômica, o qual, através de tabelas, demonstra os novos valores atualizados dos serviços aditados no contrato DJ-053/82 e DJ-062/82; bem como o novo valor em BTN que deveria ser pago, se

a emissão das duplicatas e a data do vencimento dos pagamentos fossem em 30 dias e não em 5 dias.

No capítulo VI estão contidas as considerações finais a respeito deste exercício em perícia econômico-financeira.

CAPÍTULO II

LICITAÇÕES

2 - LICITAÇÕES

No presente capítulo enfocar-se-á as atribuições econômicas do governo visando o bom funcionamento dos serviços essenciais da população; bem como registrar a importância do orçamento público entre o planejamento e a área financeira.

Mostrar-se-á sucintamente os aspectos mais importantes no processo licitatório na execução de obra pública; bem como o contrato dele decorrentes.

2.1 - As Atribuições Econômicas do Governo

As funções do governo na economia expandiram-se consideravelmente no presente século, devido às modificações substanciais nas preferências da coletividade, quanto à necessidade da intervenção do governo em atividades relacionadas com a distribuição da renda nacional.

Cabe ao Estado viabilizar o funcionamento dos serviços essenciais da população, os quais, em última instância, buscam satisfazer as necessidades sociais e promover o bem comum. Para a consecução desse objetivo é mister que o Estado disponha de recursos financeiros suficientes, sem o que, efetivamente jamais poderá cumprir sua missão constitucional.

A identificação das funções mais importantes constitui o ponto de partida para a análise do impacto econômico das compras do governo. Como é evidente, os programas que integram as diferentes funções apresentam características distintas no que se refere à composição de suas compras. Como por exemplo, os programas de transporte e energia, por seu turno, devem comprar direta ou indiretamente quantidades significativas de bens de capital, tendo em vista a importância dos investimentos na execução das obras de infraestrutura. Os programas para os quais as compras de bens intermediários e de capital são relativamente mais importantes e incluem os programas executados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Um problema especialmente importante, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento, refere-se ao tratamento das despesas de investimento. Desde que nesses países o governo é com frequência, responsável por uma grande proporção do investimento total, a distribuição setorial e regional da formação de capital do setor público exerce influência decisiva não somente sobre a taxa de crescimento, mas também sobre a distribuição dos resultados.

No caso geral de países subdesenvolvidos, a crescente importância do setor público no processo de desenvolvimento requer uma preocupação muito maior com o lado do dispêndio do que aquela que é normalmente encontrada na literatura tradicional de finanças públicas.

Segundo Silva (1983, p. 18), “a expressão finanças públicas esteve muito mais associada com o estudo jurídico das diferentes formas de tributação do que com a análise das implicações econômicas dos gastos públicos e das respectivas alternativas de financiamento”.

No caso de despesas de investimentos, é importante estabelecer uma distinção entre os efeitos diretos, que resultam dos gastos realizados durante o ano, e os efeitos redistributivos de longo prazo dos projetos. A construção de rodovias, pontes, etc., pode exercer um efeito direto sobre a distribuição da renda pessoal, através da criação de novas oportunidades de emprego para a mão-de-obra não especializada, e um efeito mais importante, a longo prazo, devido ao melhoramento das condições para o desenvolvimento da região onde o projeto é empreendido.

O investimento de longo prazo, consiste nas aplicações de capital, tais como obras públicas, serviços em regimes de programação especial, equipamentos e instalações, material permanente e participação em contribuições ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais e agrícolas.

Os investimentos, segundo a legislação específica, são discriminados na lei orçamentária segundo projetos de obras e de outras aplicações.

2.2 - Orçamento Público

Vários autores como Belchior (1971), Vidigal (1973), Cruz (1986) e Machado e Reis (1995) tratam de conceituar o orçamento público. A visão dos mesmos será descrita a seguir.

Orçamento público é um “ato político administrativo periódico de programação financeira pública, envolvendo autorização e limitação para realizar despesas e para tributar”.(Vidigal, 1973, p.230). Como pode-se observar, o conceito acima enfatiza o caráter financeiro do orçamento, não determinado o aspecto físico representado por metas a alcançar para determinado período de tempo. A autorização e limitação a que se refere o autor, está condicionada à participação parlamentar no processo orçamento. Mas, os mesmos atos legais que autorizam e limitam a execução dos orçamentos anuais, também determinam que as receitas públicas serão sempre estimadas. É um conceito incompleto e puramente financeiro.

Orçamento público é um “plano de trabalho expresso em uma relação de ações a realizar e de recursos necessários à execução”(Belchior, 1971, p.9). O autor enfatiza claramente a interligação que existe entre o planejamento e o gasto propriamente dito quando cita que o orçamento é um plano de trabalho. Mas, nem sempre o que é planejado é executado, já que no decorrer do exercício financeiro, as receitas e as despesas governamentais podem sofrer variações. Portanto, nem sempre os recursos são os necessários a execução do plano de trabalho.

Orçamento público é um “instrumento político que tem por objetivo assegurar o controle, pelas Assembléias Representativas, das atividades econômico-financeira do executivo” (Cruz, 1986, p. 34). Este conceito caracteriza-se por demonstrar a efetiva participação no processo orçamentário do Poder Legislativo.

“O orçamento é uma técnica cujo maior significado moderno consiste precisamente em ligar os sistemas de planejamento e de finanças, pela expressão quantitativa financeira e física dos programas de trabalho do governo” (Machado e Reis, 1995, p.12). O autor dá ênfase ao relacionamento do plano de trabalho com o desembolso de recursos financeiros, demonstrando que a técnica denominada “orçamento-programa” está inserida no contexto do processo orçamentário brasileiro atual.

Todos eles, ao analisar o orçamento de forma mais moderna, não esquecem de colocar o planejamento como um instrumento de suma importância para a consecução de objetivos do governo. Isto acontece devido ao fato de que o orçamento e o planejamento devem atuar de forma ligada, a fim de espelhar, em termos financeiros, toda a programação governamental.

Percebe-se que o orçamento público é uma ferramenta de ligação entre o planejamento e a área financeira que, através de autorização legal, estima a receita e fixa a despesa para um determinado período de tempo, respeitando o plano plurianual e as diretrizes orçamentária do período.

O orçamento público registra todos os recursos e todas as despesas dos governos, reunindo o orçamento fiscal, da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista em que o estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O orçamento é elaborado pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e consolidado pelo Poder Executivo, que tendo como limitação o equilíbrio entre a receita e a despesa, é obrigado a definir prioridades na aplicação dos recursos estimados. As prioridades para a elaboração da proposta orçamentária são definidas pelo Plano Plurianual e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecidas pelas Constituições Federal e Estadual.

A Lei 4.320, de 17 de março de 1964 em seu artigo 11, define que a receita governamental classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: receitas correntes e receita de capital. A receita é dita corrente porque não é originária de qualquer bem de capital, mas sim da obrigação social dos cidadãos de contribuírem para a manutenção da coisa pública”(Machado e Reis, 1976, p.31). Portanto, as receitas correntes são aquelas que não provêm da alienação de um bem de capital, mas sim da obrigatoriedade da população em manter o Estado através da tributação.

Já as receitas de capital são aquelas que provêm de empréstimos tomados pelo governo à instituições financeiras nacionais e internacionais (operações de crédito), bem como da colocação de títulos públicos no mercado, de recursos provenientes da venda de bens, de recursos provenientes da amortização de empréstimos concedidos, de transferências da capital de outras entidades e de outras receitas ditas de capital.

O planejamento de quaisquer atividades, governamental ou privada, deve obedecer aos princípios da honestidade, aceitabilidade, benefício e sanção, todos eles ligados ao âmbito da ética.

O princípio da honestidade, especialmente no caso do governo, é o mais importante porque trata da utilização de recursos sociais obtidos através da tributação. É de rigor ético que esses recursos sejam totalmente devolvidos à coletividade, sob a forma de serviços ou benefícios tendentes a proteger, reforçar e aumentar o bem-estar geral. Por outro lado, a aplicação indevida de dinheiro público significa fraudar o contribuinte e privar o cidadão dos benefícios a que faz jus.

No caso das denúncias de superfaturamento na construção da ponte Pedro Ivo Campos, estudo desta monografia, como envolve desvio de dinheiro público, salienta-se a importância da realização de perícia para a verificação dos fatos.

2.3 - Processo Licitatório na Execução de Obra Pública

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, considera serviços técnicos profissionais especializados, dentre outros: **“pareceres, perícia e avaliações em geral”**.

A mesma Lei em seu art. 3º diz:

a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Lei nº 8.666/93, com alterações dada pelo Lei nº 8.883/94, no art. 6º, inciso I, fica explicitado o conceito de obra: **“I – Obra – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.”**

Essa Lei também prevê as modalidades de execução de obras, que podem ser aplicadas pelo setor público. Nesse caso, pode ser pelo regime de:

- *Execução Direta*, quando pelos próprios meios, a unidade adquire os materiais e executa a obra;

- *Execução Indireta*, quando são contratados serviços de terceiros para a execução,
 - a) *empreitada global* – quando a obra é contratada por preço certo e total;
 - b) *empreitada por preço unitário* – quando contrata por preço de unidades determinadas;
 - c) *empreitada integral* – quando o contrato é realizado prevendo a integralidade do empreendimento, abrangendo todas as fases da obra até sua entrega ao contratante, em perfeitas condições de funcionalidade; e
 - d) *tarefa* – quando para pequenos trabalhos, se ajusta preço certo, prevendo ou não fornecimento de materiais.

Em seu art. 7º, a Lei determina que para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte seqüência: *projeto básico* – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução; *projeto executivo* – o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinente da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; e, execução das obras e serviços.

O orçamento e cronograma físico e financeiro devem definir: critérios para medição, composição de preços unitários; tabelas de preços unitários de materiais; tabelas de preços de mão-de-obra; taxas de encargos sociais básicos; taxas de benefícios e despesas indiretas – BDI e planilha de orçamento analítico.

Já na fase do edital, deve ser observado se o mesmo obedece aos ditames da Lei, e se satisfaz a finalidade de escolha da proposta mais vantajosa, seguindo sempre os critérios da impessoalidade, moralidade, igualdade e probidade administrativa.

Observar quanto as exigências para habilitação, se restringem a participação de interessados, ou direcionam a licitação.

Dentre outros aspectos, deve ser analisado e ponderado, se o montante estimado para a obra se enquadra na modalidade da licitação escolhida; se foram atendidas as formalidade relativas à publicidade; se foi definido o projeto básico para determinar a obra ou serviço, de forma a possibilitar a estimativa de seu custo; se os quantitativos constantes da planilha orçamentária são adequados ao objeto licitado.

Verificar, também, se houve a devida previsão de recursos orçamentários para atender o cronograma da respectiva obra, de modo que assegurem os pagamentos decorrentes.

No edital de licitação deve conter também: objeto – caracterizado pelo projeto e seus anexos; prazo de execução do objeto; prazo de validade da proposta, demonstrando junto a mesma, seu orçamento analítico, cronograma físico financeiro e composição de preços unitários. Deverá conter ainda: condições de pagamento; prazo para as medições e apresentação das faturas; índice para definição do percentual de reajuste; correções para eventuais atrasos e prorrogações de prazo, bem como experiência anterior (acervo técnico), capital social, patrimônio líquido e outro.

2.4 – Contratos Administrativos

Segundo a Lei nº 8.666/93, em seu art. 2º, parágrafo único: *considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.*

Quanto ao contrato, deve-se observar, se define, em suas cláusulas, com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidade das partes, verificando também, se espelha com exatidão o previsto no edital ao qual está vinculado, observando com atenção se o preço e o prazo de execução estão de acordo com aqueles mencionados na proposta que foi vencedora da licitação.

Se posteriormente, vierem a acontecer termos aditivos, devem ser analisados juntamente com os processos administrativos que lhes deram origem, observando as razões que os justificaram e se obedecem aos limites máximos previstos em lei.

Os atrasos por culpa do contrato, não ensejam alterações no cronograma, normalmente acarretam multas (art. 86, da Lei 8.666/93).

No exame financeiro, verificar se os desembolsos efetuados pela unidade, correspondem às condições estabelecidas no contrato. Pode-se constatar, confrontando-se os valores constantes dos boletins de medição com as respectivas notas fiscais/faturas.

Devem também ser conferidos os cálculos de reajustamento, estabelecendo critérios de amostragem, sobre os preços iniciais.

A fiscalização durante a execução das obras, deve fazer cumprir as normas estabelecidas, verificando se os procedimentos empregados são eficazes, para garantir a qualidade final dos trabalhos. Compelir a contratada a corrigir, refazer ou reconstituir, as partes dos trabalhos executados com erros ou imperfeições.

CAPÍTULO III

PERÍCIAS JUDICIAIS

3 – PERÍCIAS JUDICIAIS

O presente capítulo tem como finalidade básica explanar teoricamente as definições e conceitos sobre perícias judiciais, os métodos de avaliação pericial, seus componentes, além de diretrizes para elaboração de laudos judiciais, procurando assim demonstrar, a importância e a utilidade das perícias judiciais.

3.1 – Perícias Judiciais, Definições e Conceitos

Perícia é uma atividade concernente a exame realizado por profissional especialista, legalmente habilitado, destinada a verificar ou esclarecer determinado fato ou fixação de valor, realizada em juízo e expressa em laudo.

Segundo Medeiros Jr.; Fiker (1996, p.39) “a perícia judicial apresenta-se sob três espécies bem diferenciadas: *exame*, *vistoria* e *avaliação*”.

Exame é a inspeção em coisas móveis, semoventes, livros comerciais, documentos e papéis em geral, e até mesmo pessoas, por perito compromissado no processo para a verificação de fatos ou circunstâncias que interessem à solução da causa.

Vistoria destina-se a apurar fatos e estados de bens “in loco” e a avaliação a determinar tecnicamente o valor desses bens. Em geral as vistorias constituem-se em perícias de mera constatação de fatos ou interpretativas.

Casos há, entretanto, em que nas perícias, o perito, além de constatar os fatos e interpretá-los segundo seus conhecimentos técnicos emitindo um juízo desse gênero, vai mais além, devendo apresentar um parecer de valor jurídico. Isto acontece, por exemplo, nas ações de nunciação de obra nova, nas quais, a rigor, apenas o parecer do perito dita ou não embargo ou a continuação da obra.

Avaliação é a fixação do valor pecuniário de coisas, direitos ou obrigações, feita por perito compromissado ou avaliador do juízo.

O essencial em qualquer avaliação é que o valor fixado pelo perito corresponde à realidade e à finalidade da perícia, apoiando-se em dados objetivos, comprovados e ponderados tecnicamente no laudo.

“*Laudo* é o resultado da perícia, expresso em conclusões escritas, fundamentadas e assinadas pelo perito. No laudo devem ser respondidos todos os quesitos deferidos pelo juiz, mencionando-se os fatos e circunstâncias em que se baseiam as conclusões e respostas às indagações das partes, do Ministério Público ou do Magistrado, podendo ser instruído com plantas, desenhos, croquis, fotografias e quaisquer outros elementos elucidados da perícia” (Código Civil, art. 429).

As virtudes do laudo resumem-se em clareza, objetividade e fundamentação: clareza na exposição dos fatos periciados; objetividade na metodologia da pesquisa; fundamentação para abonar as conclusões e respostas aos quesitos. Sendo o laudo uma peça de esclarecimento técnico deverá ser absolutamente claro na redação e preciso nos conceitos, além de objetivo na motivação, visto que a sua credibilidade decorre mais da justificação de suas respostas, que das opiniões subjetivas do perito.

O laudo assim elaborado é peça fundamental para a decisão da causa. O que se requer do laudo é aclaramento das questões técnicas submetidas à apreciação pericial. Por isso há de ser objetivo e conclusivo, afirmando ou negando o que foi indagado nos quesitos, sem omissões ou evasivas, e, obviamente, sem desvios ou falsidades nas suas informações e conclusões.

Embora relevantes a idoneidade e a capacidade profissionais do avaliador, o laudo não deve conter juízos subjetivos do perito, mas sim demonstração efetiva da justeza dos valores encontrados. Também nem sempre os métodos e fórmulas matemáticas de avaliação conduzem ao real valor do bem avaliado, porque podem interferir fatores excepcionais ou peculiaridades distorsivas, que alterem as regras adotadas. Necessário é que o perito considere e só pese em cada caso as especificidades ocorrentes, para dar certeza e confiabilidade ao seu laudo.

Se o laudo aceito já estiver desatualizado pelo transcurso do tempo será passível de correção monetária, na liquidação, do julgado, pelo índice legal aplicável à espécie. Somente em caso de longo defasamento, de erro ou distorção manifesta nos fatores considerados no laudo é que a avaliação poderá ser repetida, para a devida correção de seus valores.

“Perito é uma palavra oriunda do latim *peritus*, formado do verbo *perior*, que significa experimentar, saber por experiência, de onde se explica na função do perito, sujeito ativo da perícia, que exerce sua atividade no sentido de elucidar fatos em que é versado”(Maia Neto, 1997, p.164). Essa conceituação prende-se ao fato de que a análise

da matéria exige conhecimentos técnicos ou científicos, oriundos da formação acadêmica e profissional, que fazem com que as questões sejam plenamente justificadas.

O campo de atuação em perícias judiciais, é talvez a área em que existe maior necessidade da atuação do profissional, dada a grande ocorrência de solicitação e, principalmente, pela importância do parecer quando da decisão judicial.

É fundamental que o profissional que está avaliando, tenha sempre a noção exata de sua condição de analista do mercado, pois não é ele que fixa os valores, mas apenas os interpreta, através das modificações provocadas pelas forças que atuam no mercado.

O decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, determina que:

a atividade profissional privativa do Economista exercita-se, literalmente ou não, por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Da mesma forma, a Resolução nº 1.377, de 6 de janeiro de 1978, do Conselho Federal de Economia, dispõe sobre a atividade profissional do Economista na área pericial :

são privativas dos Economistas registrados nos Conselhos Regionais de Economia as perícias e os arbitramentos judiciais ou extrajudiciais, compreendendo aquelas o exame, a vistoria e a avaliação, além das demais atividades pertinentes ou conexas, com exames, investigações e apurações, que envolvam matéria de natureza econômico-financeira.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações diz, por sua vez, que “(...) a avaliação dos bens será feita por três (3) peritos ou por empresa especializada...” e que “(...) os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado...”.

3.2 – As perícias Quanto à Atividade, em si, dos Peritos

Segundo Maia Neto (1997), “as perícias quanto à atividade, podem ser englobadas em três espécies: a) *perícias de mera retratação*; b) *as perícias interpretativas*; e, c) *as perícias opinativas*”.

As perícias de mera retratação são aquelas em que o perito é chamado, pelo juiz ou pelas partes, para levar ao processo a fiel representação de uma situação de fato preexistente. São perícias de caráter eminentemente técnico, onde é defeso ao perito qualquer consideração de ordem pessoal. Não pode e não deve, o perito, em tais hipóteses, emitir qualquer juízo de valor, quer de valor técnico, quer de valor jurídico. Trata-se de perícia de mera retratação porque lhe incumbe retratar os fatos, ajustá-los à linguagem acessível aos partícipes da relação processual, isento de qualquer consideração que não seja a de agir simples e exatamente dentro dessa função.

As perícias interpretativas são aquelas em que o perito é chamado para interpretar ao juiz uma situação de fato que lhe é culturalmente estranha ou ignorada ou indecifrável. Nas perícias interpretativas o perito, além de retratar o objeto da perícia, descrevendo-a para os litigantes e para o juiz, emite um parecer de natureza técnica, um juízo de valor no campo de sua especialidade, afirmando ou negando que o teor se encontra ou não dentro das especificações que acompanharam a transação ou se trata de simples ignorância de seu manuseio. Perante as demais provas, perante o contrato, o juiz proferirá a decisão.

Inserem-se, também, como perícias interpretativas, as chamadas perícias de avaliação ou de fixação de valores. É o perito chamado, nessas hipóteses, para retratar ao juiz uma situação de fato e para emitir um parecer técnico que o levará a uma conclusão perante as demais provas dos autos. O perito, no caso, não apenas retrata, como interpreta; mas não opina. Baseando-se em elementos técnicos, de seu convencimento pessoal, o

perito simplesmente concluirá o valor encontrado. Não se lhe permite um juízo imponderado, mas dele exige-se uma certeza.

Temos, finalmente, as perícias opinativas ou de opinião, que são as mais difíceis e as mais importantes para o juiz. São aquelas em que o perito, além de retratar os fatos, e de interpretá-los segundo seus conhecimentos técnicos, emitindo um juízo técnico de valor, vai mais além e emite um juízo de valor jurídico. São as causas, em que o perito praticamente julga o processo. É, a rigor, mais que um perito, torna-se quase um árbitro.

3.3 - Métodos de Avaliação para Realização de uma Perícia

Procurar-se-á reproduzir os conceitos ditados pela NBR-5676 (Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), relativos às metodologias e níveis de rigor de uma avaliação, uma vez ser esta considerada a norma-mãe (Maia Neto, 1997, p.47).

As metodologias utilizadas dividem-se em dois grandes grupos, os métodos diretos e os métodos indiretos, no primeiro estão o método comparativo e o do custo de reprodução, no segundo o da renda, involutivo e residual, descritos a abaixo:

- a) *método comparativo de dados de mercado* - aquele que define o valor através da comparação com dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas. É condição fundamental para aplicação desse método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomado, estatisticamente, como amostra do mercado;
- b) *método comparativo do custo de reprodução de benfeitorias* - é aquele que apropria o valor da benfeitoria, através da reprodução dos custos de seus componentes. A composição dos custos é feita com base em orçamento detalhado ou sumário, em função do rigor do trabalho avaliatório;
- c) *método de renda* - é aquele que apropria o valor do imóvel ou de suas partes constitutivas, com base na capitalização presente de sua renda líquida, real ou prevista. Os aspectos fundamentais do método são: a determinação do período de capitalização e a taxa de desconto a ser utilizada, que devem ser expressamente justificados pelo avaliador;

d) *método involutivo* – é aquele baseado em modelo de estudo de viabilidade técnica-econômica para a apropriação do valor do terreno, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, mediante hipotético empreendimento imobiliário compatível com as características do imóvel e com as condições do terreno.

3.4 – Seqüência de uma Avaliação

Segundo Maia Neto (1997, p.53), "esta é a fase eminentemente prática do processo, onde procura-se sequenciar as etapas a serem seguidas no desenvolvimento de uma avaliação".

A pesquisa de elementos é o pilar de qualquer avaliação, pois trata-se da etapa inicial, onde serão escolhidos os elementos cuja semelhança orientará as conclusões relativas ao valor do bem avaliado. Procura-se triar as informações obtidas sobre os elementos pesquisados, e então inicia-se a seleção dos elementos a serem estudados, bem como de suas características relevantes na composição do valor.

A homogeneização de valores é a etapa do processo avaliatório onde procura-se equalizar as diferenças existente entre os diversos elementos pesquisados, através da utilização dos fatores de homogeneização, no caso das avaliações no nível normal (estatística descritiva), enquanto no nível rigoroso (estatística inferencial), esta é a etapa onde montamos o quadro de variáveis, onde são lançados os valores pesquisados e determinados elementos que influenciam a formação destes valores.

É importante registrar que a avaliação é um trabalho cujo resultado é fruto de um estudo estatístico, onde procura-se obter resultados situados junto ao elemento de tendência central, ou melhor, procura-se um intervalo de valores, em cujo interior pode-se garantir, com um nível de certeza compatível, esteja o valor de mercado do bem avaliado. Existe atualmente, disponíveis no mercado, diversos programas de computador que executam esta tarefa;

O cálculo das benfeitorias ocorre no caso de avaliações onde existam benfeitorias e adota-se o cálculo do valor de reprodução das mesmas, cuja seqüência pode ser orientada de duas maneiras, sumária ou com maior complexidade.

No primeiro caso, adota-se o levantamento das áreas de benfeitoria, em seguida multiplica-se estes valores pelo valor do custo unitário básico respectivo.

Na outra hipótese, levanta-se todos os quantitativos que compõem a benfeitoria, seja por plantas ou no próprio local, e elabora-se em seguida um orçamento detalhado com todos os valores unitários e encargos incidentes.

É importante que não se esqueça de calcular o coeficiente de depreciação, no caso de benfeitorias que não sejam novas, e aplicá-los sobre o valor calculado anteriormente.

Na conclusão do laudo deve ser colocado o valor final da avaliação, embora seja importante utilizar esta etapa para citação de informações de interesse do laudo e que não estejam enquadrados nos demais itens.

No término da conclusão, deve ser colocado o local e data de confecção do laudo, bem como espaço para assinatura, onde deverão conter o nome completo do profissional, modalidade, número de registro no Corecon e filiação a alguma entidade da área de avaliações e perícias.

3.5 - Componentes de uma Avaliação

De acordo com Maia Neto (1997, p.57) muitas vezes, quando se fala em componentes, pensa-se em algo que deve vir à parte, entretanto, os itens que serão aqui descritos não precisam necessariamente vir separados, podendo ser parte integrante do corpo do laudo.

Na pesquisa de valores é fundamental que sejam apresentados os elementos pesquisados para composição da avaliação, onde deverão ser indicadas, todas as características estudadas, bem como local, valor, área, fonte de informações, etc.

Todo procedimento estatístico e matemático, inclusive a etapa de homogeneização, deve fazer parte integrante do trabalho, fazendo com que toda a memória de cálculo seja preservada para eventuais esclarecimentos ou consultas futuras.

Os orçamentos ou cálculos com as áreas ponderadas, no caso da existência de benfeitorias, deverão integrar o trabalho, com o mesmo objetivo do cálculo anterior.

Embora para alguns constitua mera ilustração, é muito importante a anexação da planta, quando seja possível obtê-la, ou de um croqui, onde estejam representadas as divisas,

características internas e outros elementos importantes, além de um mapa da região com indicação da localização do imóvel.

As fotografias são os registros mais usado pelos profissionais, uma vez ser o elemento de ilustração mais fidedigno, fazendo com que o contratante ou outras pessoas que irão receber o resultado do trabalho possam ter uma visão exata da situação do imóvel. As anotação de responsabilidade técnica (ART) – documento cuja importância e finalidade encontram respaldo na legislação específica, devendo ser anexada uma das vias do trabalho, onde constam as características do serviço.

3.6 – Elaboração do Laudo Pericial

Tópicos necessários na apresentação do relatório, segundo Maia Neto (1997):

- a) *título*: informação de caráter genérico, pode ser um laudo de vistoria, laudo pericial, laudo técnico sobre qualquer assunto;
- b) *interessado*: indicação da pessoa física ou jurídica que tenha encomendado o trabalho;
- c) *objetivo*: citação do objeto do trabalho, configurando as metas a serem obtidas, segundo a informação de quem o tenha solicitado;
- d) *descrição do objeto*: descrição objetiva e clara do objeto periciado, classificado segundo normas e critérios estabelecidos, com relação às características construtivas e detalhes de acabamento;
- e) *análise de projetos e especificações*: condensação dos principais aspectos de interesse às conclusões do trabalho, retirados de projetos e especificações analisados;
- f) *relatório de vistoria*: caracterização dos aspectos físicos e funcionais do imóvel periciado, que interferem nas conclusões da perícia realizada;
- g) *resultado do relatório*: relato dos aspectos analisados durante a retirada de amostras e realização dos testes e ensaios sobre as mesmas;
- h) *conclusão*: definição dos aspectos que provocam os problemas detectados informações referentes à sua eliminação;
- i) *resposta a quesitos*: apresentação das respostas a questionamentos escritos fornecidos pelas parte litigantes ou pelo contratante;
- j) *encerramento*: informações sobre a data de referência, nome, assinatura, registro no

Corecon, credenciais do vistoriador e considerações finais;

- k) *anexos*: abrange uma série de itens ilustrativos à sequência apresentada no corpo do laudo, tais como fotografias, projetos, croquis, relatórios, etc., além de outros de caráter documental, tais como Anotação de Responsabilidade Técnica, AR de envio das cópias a interessados, currículo do profissional, etc.

CAPÍTULO IV

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE

4 - HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE

O presente capítulo tem como objetivo fazer um sucinto histórico da Ponte Pedro Ivo Campos; bem como detalhar, através das conclusões dos Peritos contratados pelo Estado, as diversas irregularidades que originaram o superfaturamento nos serviços de construção da Segunda Etapa da Ligação Continente-Ilha de S/C – Eixo “B”, denominada Ponte Pedro Ivo Campos.

4.1 – Histórico da Obra

No dia 13 de maio de 1982, foi assinado o Contrato DJ-053/82, com Dispensa de Licitação, entre o Departamento de Estradas de Rodagem DER/SC e à Empresa Usiminas Mecânica S.A., visando a construção da Segunda Etapa da Travessia Continente-Ilha de Santa Catarina, hoje denominada Ponte Pedro Ivo Campos. O objeto do mesmo era a execução dos serviços de engenharia e das obras de construção da ponte, com infra e mesoestrutura em concreto armado e superestrutura metálica, com execução previsto para 20 meses.

Para administrar o Contrato e gerenciar os recursos financeiros alocados para a execução da obra através do DER/SC, foi instituída a Superintendência para a Construção da Segunda Etapa da Travessia Continente-Ilha, de acordo com o Decreto nº 17.104 de 17 de junho de 1982, e por Termo de Delegação de Encargos e Recursos celebrado entre a Secretaria dos Transportes e Obras, o DER/SC e Superintendência. Ainda pelo mesmo Decreto foram criados os cargos de engenheiro chefe, coordenador técnico e coordenador administrativo-financeiro na Superintendência.

O valor do Contrato a preços iniciais era de Cr\$ 4.862.225.939,00 (quatro bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros), referido à maio de 1982, acrescido de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), correspondente ao valor estimado para reajustamento dos valores dos serviços a serem executados, atingindo o Contrato o valor global de Cr\$ 7.862.225.939,00

(sete bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros).

Da análise deste Contrato, o primeiro detalhe significativo que chamou a atenção dos peritos, foi a extrema escassez de tempo, entre a formalização da proposta, 03/05/82, e à lavratura e assinatura do Contrato DJ-053/82, em 13 de maio de 1982, face à complexidade e vulto da obra a ser contratada, o prazo de tempo disponível para análise e aprovação da proposta técnica apresentada, foi insuficiente para emissão de parecer consistente, e detalhado dos vários aspectos envolvidos.

Referente a Empresa Contratada, Usiminas Mecânica S/A, sob o prisma de sua capacitação técnica, os peritos concluíram que a mesma apresentava reconhecida experiência em projeto, fabricação, montagem e lançamento de superestruturas metálicas; não apresentando em contrapartida, tradição na execução de fundações profundas, infra e mesoestrutura de obras em concreto armado. A complexidade das fundações profundas, localizadas no mar, exigiria comprovada capacitação nesta área, sendo perfeitamente previsível a necessidade de subcontratação desses serviços.

No memorial técnico são descritos elementos constitutivos da obra, imprescindíveis à funcionalidade e operacionalidade da ponte, tais como: aparelhos de apoio, dispositivos de transição de pistas, pintura protetora de superestrutura metálica, juntas transversais do tabuleiro, dispositivos de segurança, iluminação pública e drenagem pluvial da pista.

Este procedimento visou demonstrar a competitividade técnica e econômica de sua proposta baseada na solução mista, em relação à solução original de superestrutura em concreto armado.

Na planilha de preços parte integrante da proposta, entretanto não há discriminação dos serviços e quantidades pertinentes à execução destes elementos, como também, não existe a composição unitária do preço destes dispositivos; como também está ressalvado que no valor do Contrato, não estão envolvidos os custos de obras em terra, tais como cortes, aterros, compactação, pier para lançamento das estruturas metálicas, lastros e interferências.

Esta exclusão na planilha de preços, dos serviços relativos ao fornecimento dos citados elementos, é injustificada e inaceitável, face à experiência da Contratada na execução deste tipo de obra.

A apresentação da planilha de serviços incompleta, omitindo itens indispensáveis e imprescindíveis à execução da obra proposta, levou os Peritos a concluir, que a Contratada

visou apresentar um preço competitivo do produto apresentado, mesmo que tal valor não correspondesse à realidade.

Para confirmar o procedimento da Contratada, de apresentar seu produto com preço competitivo, foi constatado que o aço especificado para utilização na superestrutura, era do tipo SAC-50 II B, qualificado como resistente à corrosão atmosférica, sem previsão de aplicação de pintura protetora nas superfícies externas. Entretanto já era de conhecimento da Contratada, a necessidade de proteção, visto que suas informações técnicas, recomendavam pintura em ambientes agressivos, como o caso, assim a inclusão deste serviço elevaria o valor de sua proposta.

A Contratada excluiu de sua proposta, a execução dos serviços referentes à instalação dos canteiros de obra, cujas terraplanagens e obras complementares foram adjudicadas à outras empresas, através de licitações públicas promovidas pelo Contratante.

A contratação das instalações complementares para viabilização de futuras ampliações das redes públicas da CELESC, TELESC e CASAN tecnicamente foi correta. Entretanto, errou administrativamente a Superintendência ao assumir o custo decorrente destes serviços, visto tratar-se de investimentos de responsabilidade exclusiva das concessionárias, futuras usuárias.

A paralisação das obras em 1984, decorrente das dificuldades financeiras, e de decisão política de não alocar recursos próprios do Estado, necessários ao vulto do empreendimento, acarretou um acréscimo de 14,5% nos custos iniciais. Tal acréscimo de custo foi decorrente de serviços cautelares, de proteção dos elementos metálicos de esfera aplicados na obra e de equipamentos nos canteiros, de desmobilização e verba de reinstalação dos canteiros.

O Termo Aditivo DJ-053/82/A.3/83 aprovou a alteração no sistema de montagem do vão central, trecho 3, entretanto a Contratada não executou a plataforma de embarque projetada, porém totalmente paga.

Quanto aos serviços de “demolição de concreto”, os mesmos eram de responsabilidade da Contratada, não cabendo ao Estado pagá-lo, caracterizando-se como pagamento indevido. No tocante ao item “instalações complementares”, o Estado efetuou investimentos para as empresas concessionárias TELESC, CELESC e CASAN, sem o ressarcimento destes, caracterizando-se como uma doação indevida, pois tratam-se de empresas de economia mista, estaduais e uma de âmbito federal.

O Termo Aditivo DJ-053/82/A.5/86 adequou o Contrato, às determinações do Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal, denominado de Plano Cruzado.

Os preços unitários dos serviços foram atualizados para 01 de Março de 1986 tornados irrealizáveis temporariamente, e o valor contratual foi referido aos serviços remanescentes à executar.

Com o insucesso do Plano Cruzado no início do ano de 1987, ocorreu o chamado Descongelamento de Preços e Serviços. Para a revisão dos preços contratuais das obras públicas contratadas, foi editada Legislação Federal (Decreto nº 94.042, de 118 de Fevereiro de 1987), e parecer jurídico estadual com Eficácia Normativa (Parecer nº 058/87 –PGE/CJ).

De acordo com o relatório dos peritos, o Termo Aditivo DJ-53/82/A .8/87, cujo processo nº 05872/87 que serviu de embasamento para o mesmo, não foi localizado, sendo encontrado apenas cópia de parte do mesmo (p. 210).

O mesmo Termo Aditivo teve como representante do Estado, o Engenheiro Chefe, e não sendo submetido a apreciação do Conselho Administrativo do DER/SC, passando a ter seus efeitos legais e jurídicos a partir de sua assinatura. Este procedimento significou, que o próprio Engenheiro Chefe analisou, aprovou e convalidou o acréscimo de custos, desconsiderando a análise e parecer da Consultora e da Diretoria Jurídica do DER/SC.

Segundo os peritos (Laudo Pericial, 1992, p.210) a redução do prazo para pagamento das faturas de 30 para 05 dias após a apresentação das faturas, em cheques nominativos; e estabelecimento de correção monetária sobre as faturas pagas com atraso, segundo a variação das OTN's, calculada esta correção “pro-rata-die”, foi lesivo ao Estado.

A adoção de índices único para reajuste de preços tanto das obras civis como metálicas, alterando o previsto no Contrato, onerou o Estado nos serviços relativos às estruturas metálicas.

O Termo Aditivo DJ-053/82/A .8/87 alterou o critério de medição, e pagamento da execução de tubulões escavados e mistos, desmembrando-a em três etapas de serviços, fato que representou adiantamentos de pagamentos. Este desmembramento levou a Contratada a executar, as etapas de serviços correspondentes aos valores mais significativos, descumprindo recomendações técnicas de execução, como no caso da cravação dos perfis dos tubulões mistos dos apoios 7 e 7N.

A Contratada comportou-se de forma omissa, diante dos problemas técnicos e executivos verificados nos apoios 7 e 7N, sendo ela a única responsável perante o Contratante. Utilizou-se do fator tempo, para o seu equacionamento por terceiros, e cujo

ônus decorrente era de sua exclusiva responsabilidade técnica e contratual, mas foi assumido pela Superintendência por ânsia e compromisso de concluir a obra.

“Os peritos afirmam que a Contratada bem como a Consultora foram omissas, em não fazerem cumprir as determinações e recomendações técnicas e executivas para os tubulões dos apoios 7 e 7N, do mesmo modo por não haverem questionado a exequibilidade dos procedimentos e soluções adotadas pela subcontratada. Esta omissão acarretou a cravação de todas as estacas no interior dos tubulões dos apoios 7 e 7N e posterior arrancamento destas “(Laudo Pericial, 1992, p.214).

O Engenheiro Chefe da Superintendência foi omissos, ao permitir o prosseguimento do serviço de cravação de estacas no interior dos tubulões do apoio 7N, quando já era de seu pleno conhecimento os problemas verificados no apoio 7.

A omissão da Contratada frente aos problemas técnicos ocorridos nas fundações dos apoios 7 e 7N, e a protelação de adoção de solução alternativa, mesmo após diversas concessões e inúmeras correspondências por parte da Superintendência, foram os motivos que levaram à aplicação de multa perfeitamente procedente, à luz dos dispositivos contratuais previstos para estes procedimentos.

A adoção de limpeza química para preparação da superfície metálica do tabuleiro do trecho 3, para aplicação do dermasphalt, foi imprópria e em desacordo com a especificação técnica recomendada pela Consultora, ou seja, jateamento abrasivo com areia.

O pagamento do jateamento abrasivo do tabuleiro metálico do trecho 3, foi indevido e caracterizou-se como duplo pagamento, pois a limpeza desta superfície já estava incluída no preço do fornecimento e aplicação do dermasphalt.

No dia 21 de Maio de 1992 o Secretário dos Transportes e Obras comunicou à Contratada, a suspensão dos pagamentos relativos às obras da Ponte, até a apresentação de relatório final pela Comissão por ele instituída, para avaliação dos indícios de irregularidades levantados pela Superintendência.

A Contratada abandonou a obra de construção da ponte unilateralmente e sem qualquer comunicação, a partir da comunicação pelo Sr. Secretário dos Transportes e Obras da suspensão temporária dos pagamentos. Procedeu a total desmobilização de pessoal e equipamentos dos canteiros de obras, ainda necessários e indispensáveis à conclusão dos serviços remanescentes a executar.

A Contratada desmontou, demoliu e alienou as edificações dos canteiros de obra, promovendo a dilapidação e apropriação de patrimônio do Estado, cujos custos de

materiais e de execução foram pagos na verba correspondente à instalação dos canteiros, e ainda necessárias à conclusão dos serviços remanescentes à executar.

A Contratada além de haver abandonado a obra, não tomou qualquer medida cautelar de preservação de etapas intermediárias de serviços não concluídos, como as esferas metálicas dos pré-moldados e pintura em etapas intermediárias.

A Secretaria dos Transportes e Obras distribuiu aproximadamente 1045,80 m de perfis tipo H-200 KG/m, retirados dos tubulões dos apoios 7 e 7N da Ponte e disponíveis no canteiro de obras, para diversas Prefeituras Municipais, sem amparo legal e sem comprovação, da efetiva aplicação dos perfis nas obras afins, isto é, em superestruturas mistas de pontilhões.

A Secretaria dos Transportes e Obras com a interveniência da Superintendência, celebrou com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC, 06 (seis) Termos de Convênio. Os cinco primeiros visavam o deslocamento de postes da rede de energia elétrica, que interferiam com o traçado do sistema viário de acesso às pontes, e o último visou o fornecimento dos materiais, e a construção da rede de iluminação pública da Ponte e do sistema viário de acesso. Estes Convênios por negligência administrativa, não foram publicados e carecem de validade.

A CELESC S.A adjudicou os serviços relativos ao fornecimento de materiais e construção do sistema de iluminação da ponte e vias de acesso, à Empresa Eletro Comercial Santa Rita Ltda., mediante licitação pública, através de processo por ela conduzido. A aceitação de condições da proposta, bem como, o pagamento indevido de reajustamento de materiais, foram questionados por setores internos da própria CELESC, porém mantidos pelo então Diretor de Distribuição, caracterizam-se como fortes indícios de irregularidades e improbidade administrativa.

"De tudo o que analisaram, os peritos concluíram que a assinatura do Termo Aditivo DJ-053/82/A .8/87 foi altamente lesivo ao Estado. O Engenheiro Chefe procedeu com total improbidade, quando desconsiderou o parecer da Consultora e da Diretoria Jurídica do DER/Sc, sendo estes procedimentos fortes indícios da prática de atos ilícitos" (Laudo Pericial, 1992, p.211).

4.2 – Subcontratação da Empresa Transpavi-Codrasa S/A

A Cláusula Décima Quinta do Contrato, previa a aprovação prévia para a subcontratação parcial ou total dos serviços. No Contrato particular de subempreiteira entre a Usiminas Mecânica S/A e a Transpavi-Codrasa S/A, assinado no dia 16 de julho de 1982, a primeira contratou a elaboração do projeto executivo da ponte, objeto do Contrato DJ-153/82, incluindo os serviços de locação, batimetria, sondagens, projeto básico das fundações, de infra estrutura e mesoestrutura, bem como as obras e serviços que se fizessem necessários, com o fornecimento de todo material, mão-de-obra e equipamentos necessários para a execução dos mesmos, assim como de todos os seus trechos ou partes não metálicas da viga mista.

O valor estimado da subcontratação, foi de Cr\$ 2.574.289.000,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e quatro cruzeiros), acrescido de Cr\$ 1.500.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), correspondente ao valor estimado para cálculo de reajustamento, atingindo o Contrato o valor total estimado de Cr\$ 4.074.289.000,00 (quatro bilhões, setenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e nove mil cruzeiros).

Na cláusula Quinta, estabelecia que os preços dos serviços, seriam pagos à Codrasa o preço unitário dos serviços constantes da proposta apresentada pela Usiminas e aceita pelo DER/SC. Este procedimento chamou a atenção, pois foi transferido 53% do valor do Contrato à subcontratada. Primeiro pela extrema escassez de tempo, que não permitiu a análise e avaliação da proposta, face à complexidade da obra, seguida de aprovação, adjudicação, lavratura e assinatura do Contrato, e a subcontratação quase imediata envolvendo mais da metade do valor do obra.

O Contrato foi adjudicado à uma Empresa Estatal, detentora de tecnologia em superestruturas metálicas, sem maiores estudos comparativos com outra soluções, e em seguida, a mesma repassou 53% o valor do contratado à uma subempreiteira, correspondente aos serviços de fundações, infra, meso e partes superestrutura em concreto, pelo preço contratado sem taxa de administração para ressarcimento de despesas. Todos estes procedimentos são fortes indícios, de que a contratação de uma Empresa Estatal, com dispensa de licitação, visou burlar a legislação, viabilizando a contratação da firma Transpavi-Codrasa S/A, para os serviços das obras civis sem licitação.

4.3 – Contratação da Empresa Figueiredo Ferraz

Decorrente de exposição de motivos devidamente aprovada, foi contratada a Empresa Figueiredo Ferraz-Consultoria e Engenharia de Projeto Ltda., conforme Contrato DJ-062/82 de 12 de agosto de 1982, para prestar serviços de supervisão das obras civis, acompanhamento da fabricação, da montagem e do transporte das estruturas metálicas e verificação dos projetos das estruturas em concreto e metálicas das obras de construção da Ponte de Ligação Ilha de S/C ao Continente, passando a denominar-se Consultora.

A adjudicação dos serviços à Empresa Figueiredo Ferraz-Consultoria e Engenharia de Projeto Ltda., foi decorrente da sua capacitação técnica e experiência, como autora do projeto de Engenharia da Ponte Eixo “A”(Colombo Salles), conforme conclui-se do parecer dos dirigentes da Superintendência e de documentos pertinentes.

Na Cláusula Quinta, está definido o valor estimado do Contrato, à base dos preços indicados na Cláusula Terceira, como sendo Cr\$ 450.637.395,00 (quatrocentos e cinquenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e cinco cruzeiros), correspondendo Cr\$ 250.677.395,00 (duzentos e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco cruzeiros) pelos serviços, e Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) estimados como provisão de reajustamentos.

A previsão de tempo de vigência desse Contrato, é a mesma do Contrato DJ-053/82. Para cada um dos três tipos de serviços descritos, está discriminada a equipe básica de pessoal, a infra-estrutura mínima necessária, como moradia e alojamento para pessoal, veículos, aluguel de equipamentos, instrumentos e mobiliários, bem como, taxas fixas, serviços gráficos, ensaios e laboratório, consultores, diárias e viagens.

Os diversos registros em relatórios e boletins expedidos pela Consultora, comprovam os trabalhos desenvolvidos pela mesma. Da análise dos documentos relativos aos serviços de Consultoria prestados pela Figueiredo Ferraz, constata-se e comprova-se que o Engenheiro Chefe, muitas vezes deixou de solicitar o parecer da Consultora, e em outras ocasiões ignorou-os, contratando serviços superfaturados, ou alterando critérios de medição sem embasamento técnico.

A Superintendência utilizou-se do Contrato DJ-062/82, para contratação de pessoal desnecessário e alheio à Consultoria, favorecendo “indicados” e “favorecidos”, para prestação de serviços pessoais aos administradores, ou colocá-los à disposição de outros

Órgãos com ônus para a origem, incluindo estes custos como de Consultoria, caracterizando-se como improbidade administrativa.

O Termo Aditivo DJ-062/82/ A .3/87 relativo à repactuação de preços, majorou em 55,39% os preços unitários vigentes e congelados em 01 de março de 1986, para a nova data base, Janeiro de 1987. Este índice representou uma elevação de 14,48% acima do permitido pelo Contrato e legislação vigente. O processo de Repactuação tramitou por diversos setores do DER/SC e da STO, com pareceres inobjetivos e omissos.

“Segundo parecer dos peritos, a Consultora atestou quantitativos e serviços nos boletins de medição, que não conferem com os valores reais registrados por ela nos boletins de acompanhamento dos serviços”.

A Superintendência, independente dos pareceres, repactuou nos índices solicitados pela Consultora, ou seja, pela variação plena das OTN's / ORTN' s de julho de 1982 à janeiro de 1987. Esta repactuação significou um reajuste de 55,39% em relação aos preços congelados a partir do Termo aditivo DJ-062/82/A .2/86, março de 1986. Tal índice incorporou 14,48% acima do permitido pela Legislação.

A Consultora foi desmobilizada totalmente no período de 20 de Outubro de 1984 à 01 de Junho de 1986.

4.4 – Resultados da Perícia

Segundo os peritos, (Laudo Pericial, fls. 207 à 211), a Contratada omitiu de sua planilha de serviços e preços, serviços indispensáveis à funcionalidade, operacionalidade e durabilidade da Ponte, tais como, aparelhos de apoio, transições de pista, pintura protetora de superestrutura metálica, revestimento da pista, defensas metálicas, drenagem pluvial da pista, iluminação pública, etc.”.

A Contratada excluiu de sua proposta, a execução dos serviços referentes à instalação dos canteiros de obra, cujas terraplanagens e obras complementares foram adjudicadas à outras empresas, através de licitações públicas promovidas pelo Contratante.

Da análise da planilha de serviços e preços, os peritos concluíram que o valor contratual era irreal e insuficiente para a conclusão da obra.

A paralisação das obras em 1984, decorrente das dificuldades financeiras, e de decisão política de não alocar recursos próprios do Estado, necessários ao vulto do empreendimento, acarretou um acréscimo de 14,5% nos custos iniciais. Tal acréscimo de custo foi decorrente de serviços cautelares, de proteção dos elementos metálicos de esfera aplicados na obra e de equipamentos nos canteiros, de desmobilização e verba de reinstalação dos canteiros.

Da análise do Termo Aditivo DJ-053/82/A .8/87, os peritos concluíram que o mesmo foi lavrado com um índice de reajuste médio 25,92% superior ao solicitado pela Contratada, e que o Contrato foi repactuação com um índice de 95,53% acima do previsto pelo Contrato e legislação pertinente (Laudo Pericial, 1992, p.210).

Para os peritos, foi improcedente a redução, do prazo contratual para pagamento das faturas após sua apresentação, de 30 (trinta) para 5 (cinco) dias, bem como a inclusão de multa por atraso de pagamentos. A primeira improcedência é a exiguidade do tempo, que não permitia a conclusão do processo de análise, e de tramitação para liberação dos pagamentos. A segunda, por não ser permitido tal cobrança. Estas concessões foram lesivas ao Estado, conforme se constata, todas as faturas foram pagas com atraso, significando uma parcela maior de custos relativos ao ressarcimento por atraso de pagamentos (Laudo Pericial, 1992, p.211).

A adoção do índice da coluna 36 da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, relativa à obras de Arte Especiais, também para estruturas metálicas, foi lesiva ao Estado, visto que o supracitado índice evoluiu em percentual superior ao da coluna 41, específico para estruturas metálicas.

O serviço correspondente à camisas metálicas cravadas para tubulões, foi incluída na medição de Julho de 1987, portanto antes mesmo da assinatura do Termo Aditivo DJ-053/82/A .8/87, quando passaria a ser pago em separado.

Portanto, os peritos concluíram (Laudo Pericial, 1992, p.211) que a assinatura do Termo Aditivo DJ-053/82/A /8/87, foi altamente lesivo ao Estado.

“Para os peritos (p.211), o Secretário dos Transportes e Obras, e o Diretor Geral do DER/SC, foram totalmente omissos, quando o Engenheiro Chefe avocou para si, a competência para assinatura de Termos Aditivos, e exclui a Diretoria Jurídica e o Conselho Administrativo do DER/SC do processo de análise e aprovação dos mesmos”.

“Os peritos comprovaram, através de sua perícia técnica (Laudo Pericial fls. 216), que a Usiminas Mecânica S.A. majorou em 38,68%, o valor da proposta para a execução

dos serviços de pintura da superestrutura metálica da ponte, apresentada pela subcontratada Pinturas Ypiranga Ltda., majoração esta aprovada sem restrições pela superintendência”.

A Superintendência ao adjudicar os serviços de pintura da superestrutura metálica da Ponte à Usiminas mecânica S. A., sem licitação, não garantiu de forma alguma a obtenção da melhor proposta técnica, para a realização do serviço pelo menor custo.

O pagamento de instalações de canteiro, de andaimes e carrinhos (andaimes móveis) na verba de mobilização para a pintura da superestrutura metálica da ponte, foi indevida e caracterizou-se como duplo pagamento, visto que as instalações e andaimes utilizados foram os que já estavam mobilizados, pagos e disponíveis na obra.

“Os peritos nas inspeções efetuadas na ponte, constataram ocorrência de afrouxamento nos parafusos nas juntas de transição de pista, desgaste acentuado e ondulações na pavimentação de dermasphalt, entupimento no sistema de drenagem de águas pluviais, problemas estes originários de projeto e/ou de execução. Igualmente a pintura apresentava pontos localizados de corrosão, em áreas carecedoras de retoques, todos de responsabilidade exclusiva da Contratada (1992, p.180).

A Contratada promoveu a retirada completa de equipamentos e sucatas, sendo que muitos elementos eram ainda necessários e indispensáveis à conclusão da obra. A Contratada apropriou-se indevidamente do patrimônio do Estado, quando desmontou, demoliu e comercializou as instalações e edificações dos canteiros de obra, uma vez que estes haviam sido pagos pelo Estado, portanto eram de sua propriedade, além de serem ainda necessários a conclusão das obras.

Basicamente faltou a execução da pintura no trecho 3, a instalação de 80 blocos pré-moldados das saias dos blocos dos apoios, 214 pré-moldados do guarda corpo inferior, 254 pré-moldados do guarda corpo superior, 1385 placas pré-moldadas, do piso das passarelas inferiores, execução das rampas de acesso as passarelas no lado continental.

A iluminação da ponte ficou incompleta na parte relativa às passarelas inferiores.

O Contratante e a Contratada promoveram diversas rodadas de tratativas, visando a retomada dos serviços para a conclusão da ponte, as quais mostraram-se infrutíferas, tendo em vista que a Contratada solicitou sistematicamente e indevidamente pagamentos referentes à desmobilização, remobilização e reinstalação de canteiro, que à luz do Contrato foram considerados inaceitáveis pela Superintendência, resultando na rescisão unilateral do Contrato de Empreitada DJ-053/82 e Aditivos, conforme publicado no Diário Oficial do Estado nº 14.488 de 22 de julho de 1992.

Os peritos no desenvolvimento dos trabalhos periciais constataram que os recursos destinados às obras de construção da Segunda Etapa da Travessia Continente – Ilha de Santa Catarina, nem sempre foram parcimoniosamente ali aplicados. Muitas vezes foram malversados com adoção de reajustes indevidos e inconsistentes tecnicamente, preços superfaturados, pagamentos indevidos, liberalidades contratuais, e incorporação de serviços dispensáveis.

A partir destas constatações, os peritos julgaram necessário, buscar uma ordem de grandeza do montante dos recursos gastos. Nesta busca verificaram, que em muitas das situações tornou-se difícil a dissociação, entre os valores efetivamente pagos e aqueles que tecnicamente seriam admissíveis, fundamentados em parâmetros técnicos e econômicos.

Considerando apenas aqueles serviços efetivamente pagos, em que esta dissociação foi possível de ser realizada, levantaram o valor de US\$ 24.046.407,00 (vinte e quatro milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e sete dólares), como de recursos efetivamente malversados. Foi adotado o Dólar Americano para expressar este montante, tendo em vista que no intervalo de tempo em que as obras foram realizadas, ocorreram três mudanças da Unidade Monetária Nacional. O valor acima é somente válido como ordem de grandeza, não como o total de recurso, que não teriam sido gastos, caso a “coisa pública” tivesse sido administrada com a probidade desejável” (Laudo Pericial nº IC/1235, 1992, p.222 e 223).

CAPÍTULO V

UM EXERCÍCIO DE PERÍCIA

5 – UM EXERCÍCIO DE PERÍCIA

O presente capítulo tem como finalidade básica um exercício de perícia econômico-financeira.

Num primeiro momento, são apresentadas as tabelas referentes ao Contrato DJ-053/82 e o Contrato DJ-062/82 juntamente com seus aditamentos, contendo alguns dados essenciais na formalização dos mesmos.

Em seguida, aparecem as tabelas em que estão atualizados os valores dos Contratos DJ-053/82 e DJ-062/82 e de toda adição de serviços, a preços iniciais, sendo usados os mesmos índices de correção que os do DNER.

Também aparecem as tabelas com a nova diferença em BTN's que deveriam ser pagas, se a data do vencimento dos pagamentos fosse em 30 dias em vez de 5 dias, como ficou estipulado no Termo Aditivo DJ-053/82/A.8/87.

5.1 – Descrição do Contrato DJ-053/82 e seus Aditivos

O valor do Contrato DJ-053/82 a preços iniciais era de Cr\$ 4.862.225.939,00 (quatro bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros), referido a maio de 1982, sendo acrescido de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), correspondendo ao valor estimado para previsão de reajustamento dos valores dos serviços a serem executados, ficando portanto o valor atualizado do contrato em Cr\$ 7.862.225.939,00 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros).

Com o acréscimo dos novos serviços e reajustamentos, através dos termos aditivos, o valor total atualizado do contrato em 03/06/91, com as devidas atualizações monetárias, ficou em Cr\$ 2.140.676.500,94 (dois bilhões, cento e quarenta milhões, seiscentos e setenta e seis, quinhentos cruzeiros e noventa e quatro centavos), como pode ser visto pela **TABELA 1.**

TABELA 1
CONTRATO DJ-053/82 E SEUS ADITIVOS CONTENDO O VALOR
ATUALIZADO DO CONTRATO

Nº ADITIVO	DATA	VALOR DO ADITIVO		VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO	MOTIVO DO ADITAMENTO
		NOVOS SERVIÇOS	REAJUSTAMENTO		
Contrato DJ-053/82	13/05/82	Cr\$ 4.862.225.939,00	Cr\$ 3.000.000.000,00	Cr\$ 7.862.225.939,00	Serviços de engenharia e das obras da ponte.
A 3/83	08/09/83	Cr\$ 354.280.732,38	-	Cr\$ 8.216.506.671,38	Aditou serviços não constantes na proposta original.
A 4/86	27/02/86	Cr\$ 194.610.180,00	Cr\$ 10.134.389.820,00	Cr\$ 18.545.506.671,38	Necessidade de serv. extracontratuais.
A 6/86	17/07/86	Cr\$ 35.997.929,14	-	Cr\$ 283.810.708,05	Devido a retomada das obras e evitar a rescisão contratual.
A 7/86	28/10/86	Cr\$ 43.535.146,38	-	Cr\$ 327.145.854,43	Alterou a alíquota do ICM de 16% p/ 17%; acréscimo do FINSOCIAL em 5% sobre a renda bruta; acréscimo de serviços e prorrogação de prazo da obra.
A 8/87	17/08/87	Cr\$ 891.052.925,61	Cr\$ 1.200.000.000,00	Cr\$ 2.091.052.925,61	Repactuação do valor do contrato; alterou a forma de reajuste previsto no contrato; redução do prazo de pagamento de 30 p/ 05 dias; e estabelecimento de correção monetária sobre faturas pagas com atraso (OTN).
A 9/88	07/10/88	Cr\$ 39.053.888,63	Cr\$ 15.500.000.000,00	Cr\$ 17.630.108.814,24	Remanejamento das instalações situadas no canteiro central da USIMEC.
A 10/89	03/04/89	Ncz\$ 133.633,97	Ncz\$ 11.650.000,00	Ncz\$ 31.129.740,78	Devido a implantação dos apoios 7 e 7N, com alteração do processo de execução, com retirada de estacas metálicas.
A 11/90	19/01/90	Ncz\$ 21.358,60	Cr\$ 200.000.000,00	Ncz\$ 231.151.099,38	Refere-se a aprovação de preços para escavação de solo.
A 12/90	02/06/90	-	Cr\$ 1.000.000.000,00	Cr\$ 1.231.151.099,38	Para reajustamento.
A 13/90	Set/90	Cr\$ 45.647,32	Cr\$ 250.000.000,00	Cr\$ 1.481.198.746,70	Refere-se à serviços de pintura da estrutura metálica; e substituição da OTN pela BTNF.
A 14/90	10/11/90	Cr\$ 60.000,00	Cr\$ 500.000.000,00	Cr\$ 1.981.258.746,70	Suplementação dos valores, devido a necessidade de conclusão da obra; e reajustamento.
A 15/91	23/02/91	Cr\$ 1.190.391,74	Cr\$ 159.400.000,00	Cr\$ 2.141.847.138,44	Refere-se à serviços de revestimento do tabuleiro do vão central com demaspalt, aplicação de defensas metálicas e drenagem pluvial.
A 16/91	03/06/91	Cr\$ -1.170.637,50	-	Cr\$ 2.140.676.500,94	Proceder correções no valor total do Contrato.

Fonte: Dados tirados do próprio Contrato e seus Aditivos

Durante o período analisado houve várias reformas monetárias com cortes de zeros em 1986 e 1989 e mais de um congelamento de preços.

O termo aditivo A.5/86 foi crucial, pois envolveu o zeramento do contrato.

No termo aditivo A.8/87, como já foi falado anteriormente, o prazo dos pagamentos Passou de 30 para 5 dias, o que foi contestado, o qual levou então ao diagnóstico do superfaturamento.

5.2 –Descrição do Contrato DJ-062/82 e seus Aditivos

O valor atualizado do Contrato DJ-062/82 foi de Cr\$ 328.523.842,06 (trezentos e vinte e oito milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros e seis centavos, devido aos acréscimos dos novos e reajustes, bem como as devidas atualizações monetárias, como pode ser visto pela TABELA 2.

TABELA 2
CONTRATO DJ-062/82 E SEUS ADITIVOS CONTENDO O VALOR
ATUALIZADO DO CONTRATO

Nº CONTRATO E ADITIVOS	DATA	VALOR DO CONTRATO E ADITIVOS		VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO	MOTIVO DO ADITAMENTO
		NOVOS SERVIÇOS	REAJUSTAMENTO		
DJ -062/82	12/08/82	Cr\$ 250.677.395,00	Cr\$ 200.000.000,00	Cr\$ 450.677.395,00	Serviços de supervisão fiscalização e acompanhamento das obras da ponte.
A 1/84	15/04/87	-	Cr\$ 224.098.468,83	Cr\$ 674.775.863,83	Acréscimo do valor devido ao processo inflacionário.
A 2/86	04/07/86	-	-	Cz\$ 17.042.069,60	Ocorreu somente a troca da unidade monetária, cruzado.
A 3/87	17/08/87	-	Cz\$ 25.000.000,00	Cz\$ 42.042.069,60	Revisão de preços, devido ao congelamento de preços.
A 4/88	01/06/88	-	Ncz\$ 377.000.000,00	Cz\$ 407.842.069,60	Devido a dilatação do prazo de conclusão da obra; e da contratação de pessoal.
A 5/89	04/07/89	Ncz\$ 872.582,40	Ncz\$ 1.643.417,60	Ncz\$ 2.923.842,06	Devido a prorrogação do prazo de execução dos serviços.
A 6/90	19/01/90	Ncz\$ 600.000,00	Cr\$ 30.000.000,00	Ncz\$ 33.523.842,06	Devido a exaustão da dotação prevista no Aditivo anterior A 5.
A 7/90	06/08/90	-	Cr\$ 45.000.000,00	Cr\$ 78.523.842,06	Exaustão da dotação Orçamentária e a necessidade de novos recursos.
A 8/90	10/11/90	-	Cr\$ 30.000.000,00	Cr\$ 108.523.842,06	Pelos mesmos motivos citado no A 7/90.
A 9/91	06/05/91	-	Cr\$ 30.000.000,00	Cr\$ 138.523.842,06	O valor estimado para o CO esgotou, devido a dilatação do prazo da obra.
A 10/91	27/11/91	-	Cr\$ 60.000.000,00	Cr\$ 198.523.842,06	Pelos mesmos motivos citado no A 9/91.
A 11/92	02/07/92	-	130.000.000,00	Cr\$ 328.523.842,06	Para reajustamento.

Fonte: Dados tirados do próprio Contrato e seus Aditivos

5.3 – Atualização dos Valores dos Contratos DJ-053/82 e 062/82 e seus Aditivos

Para a elaboração dos cálculos referentes à atualização dos valores dos contratos DJ-053/82 e 062/82 e seus aditamentos, foi utilizado o Índice de Obras de Artes Especiais da Fundação Getúlio Vargas, o mesmo utilizado pelo DNER para tais correções.

Para serem corrigidos esses valores, foi pego o valor inicial dos contratos e cada adição de novos serviços, onde cada valor encontrado foi levado para a última data de seus respectivos contratos, ou seja, DJ-053/82 em 03/06/91 e DJ-062/82 em 02/07/92. A idéia é verificar quanto teria sido o reajustamento se as previsões feitas em cada termo aditivo tivesse sido perfeita.

O resultado final encontrado dos valores corrigidos, teria que refletir com o resultado final do valor atualizado dos contratos.

A forma de correção do contrato DJ-053/82 e de seus aditivos A.3/83 e A.4/86 utilizada para calcular a atualização monetária foi a mesma prevista no contrato DJ-053/82, ou seja:

$$R = 0,9 \times \frac{I - I_o}{I_o} \times V,$$

onde R é o reajustamento; 0,9, um redutor do reajustamento; V , preços contratuais; I_o , índices do mês de maio de 1982 (FGV); I , valor do índice relativo ao mês abrangido pela medição.

Quanto aos cálculos dos termos aditivos A.5/86, A.6/86 e A.7/86, a forma de correção foi com base na variação das OTN's (Obrigações do Tesouro Nacional) ocorridas entre aquela data e a data da realização dos serviços, prevista na cláusula segunda do termo aditivo A.5/86.

No termo aditivo A.5/86 consta que o motivo deste aditamento era somente converter a planilha de preços unitários para a nova expressão monetária, o Cruzado. Entretanto, ao fazermos esta conversão pudemos verificar que houve também reajuste, e não somente a troca de moeda, como mostra a **TABELA 3**.

A partir do termo aditivo A.8/87, até o A.16/91, foi utilizada, para a correção de seus valores, a mesma fórmula citada acima, porém sem o redutor, ou seja, 0,9 (cláusula terceira do A.8/87).

Para a correção dos valores do contrato DJ-062/82 e seus aditivos, para os cálculos do inflacionamento foi utilizada a mesma fórmula do contrato DJ-053/82. (**TABELA 4**).

Entretanto, para se obter a correção exata destes valores, teríamos que ter as medições. Porém não se teve acesso a informações completas que especificassem quanto foi gasto em cada data, como por exemplo, com terraplenagem e cada item constantes na planilha das medições, para poder aplicar o índice corretamente. Na ausência dessas informações, foi feita, nas tabelas, somente uma checagem de plausibilidade dos valores estimados nos contratos e termos aditivos.

TABELA 3

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO CONTRATO DJ-053/82 E SEUS ADITIVOS

05/82 - 05/86 fórmula com redutor						
Nº ADITIVO	DATA	VALOR DO ADITIVO		VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO	MOTIVO DO ADITAMENTO	Valor Corrigido
		NOVOS SERVIÇOS	REAJUSTAMENTO			Cr\$ em 03/06/91
Contrato DJ-053/82	13/05/82	Cr\$ 4.862.225.939,00	Cr\$ 3.000.000.000,00	Cr\$ 7.862.225.939,00	Serviços de engenharia e das obras da ponte.	Cr\$ 8.532.059.485,90
A 3/83	08/09/83	Cr\$ 354.280.732,38	-	Cr\$ 8.216.506.671,38	Aditou serviços não constantes na proposta original.	189.892.872,80
A 4/86	27/02/86	Cr\$ 194.610.180,00	Cr\$ 10.134.389.820,00	Cr\$ 18.545.506.671,38	Necessidade de serv. extracontratuais.	4.758.186,40
06/86 - 07/87 com variação da OTN						
A 6/86	17/07/86	Cr\$ 35.997.929,14	-	Cr\$ 283.610.708,05	Devido a retomada das obras e evitar a rescisão contratual.	887.579.970,80
A 7/86	28/10/86	Cr\$ 43.335.146,38	-	Cr\$ 327.145.854,43	Alterou a alíquota do ICM de 16% p/ 17%+ acréscimo do FINSOCIAL em 5% sobre a renda bruta, acréscimo de serviços e prorrogação de prazo da obra.	1.025.586.760,30
08/87 - 06/91 fórmula sem redutor						
A 8/87	17/08/87	Cr\$ 891.052.925,61	Cr\$ 1.200.000.000,00	Cr\$ 2.091.052.925,61	Repactuação do valor do contrato; alterou a forma de reajuste previsto no contrato; redução do prazo de pagamento de 30 p/ 05 dias; e estabelecimento de correção monetária sobre futuras pagas com atraso (OTN)	25.435.812,60
A 9/88	07/10/88	Cr\$ 39.053.888,63	Cr\$ 15.500.000.000,00	Cr\$ 17.630.106.814,24	Remanejamento das instalações situadas no canteiro central da USIMEC	25.435.812,60
A 10/89	03/04/89	Ncz\$ 133.633,97	Ncz\$ 11.650.000,00	Ncz\$ 31.129.740,78	Devido a implantação dos apoios 7 e 7N, com alteração do processo de execução, com retirada de estacas metálicas.	32.708.745,00
A 11/90	19/01/90	Ncz\$ 21.358,60	Cr\$ 200.000.000,00	Ncz\$ 231.151.099,38	Refere-se a aprovação de preços para escavação de solo.	256.630,50
A 13/90	Set/90	Cr\$ 45.647,32	Cr\$ 250.000.000,00	Cr\$ 1.481.198.746,70	Refere-se à serviços de pintura da estrutura metálica; e substituição da OTN pela BTNF.	119.192,80
A 14/90	10/11/90	Cr\$ 60.000,00	Cr\$ 500.000.000,00	Cr\$ 1.981.258.746,70	Suplementação dos valores, devido a necessidade de conclusão da obra; e reajustamento.	122.687,20
A 15/91	23/02/91	Cr\$ 1.190.391,74	Cr\$ 159.400.000,00	Cr\$ 2.141.847.138,44	Refere-se à serviços de revestimento do tabuleiro do vão central com demaspfalt, aplicação de defensas metálicas e drenagem pluvial	1.575.819,30
A 16/91	03/06/91	Cr\$ -1.170.637,50	-	Cr\$ 2.140.676.500,94	Proceder correções no valor total do Contrato.	-1.170.637,50
TOTAL						17.292.565.160,04

Fonte: Dados tirados do próprio Contrato e seus Aditivos (índice O.A.E. da FGV)

TABELA 4
ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO CONTRATO DJ-062/82 E TODA ADIÇÃO
DE SERVIÇOS

Nº CONTRATO E ADITIVOS	DATA	VALOR DO CONTRATO E ADITIVOS		VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO	MOTIVO DO ADITAMENTO	Valor Corrigido Cr\$ em 03/06/91
		NOVOS SERVIÇOS	REAJUSTAMENTO			
DJ-062/82	12/08/82	Cr\$ 250.677.395,00	Cr\$ 200.000.000,00	Cr\$ 450.677.395,00	Serviços de supervisão fiscalização e acompanha- mento das obras da ponte.	6.596.964.140,90
A 5/89	04/07/89	Ncz\$ 872.582,40	Ncz\$ 1.643.417,60	Ncz\$ 2.923.842,06	Devido a prorrogação do prazo de execução dos serviços.	1.204.838.138,63
A 6/90	19/01/90	Ncz\$ 600.000,00	Cr\$ 30.000.000,00	Ncz\$ 33.523.842,06	Devido a exaustão da dotação prevista no Aditivo anterior A 5.	364.291.600,54
TOTAL						8.166.093.880,07

Fonte: Índices de Consultoria da FGV (dados tirados do Contrato e seus aditivos)

Após as correções feitas do contrato DJ-053/82, o valor do contrato original atualizado que era de Cr\$ 2.140.676.500,94, passou para Cr\$ 17.292.555.190,04, podendo-se observar uma relação de 8 vezes o valor do contrato original.

Quanto ao contrato DJ-062/82, após as devidas correções, o valor atualizado que era de Cr\$ 33.523.842,06, passou para Cr\$ 8.166.093.880,07, observando uma relação de 24 vezes o valor do contrato original.

Convertendo esses valores em dólares (DJ-053/82) obteve-se, para o valor do contrato atualizado US\$ 7 milhões de dólares, e o valor corrigido US\$ 58 milhões de dólares.

Em relação ao contrato DJ-062/82, obteve-se, para o contrato atualizado US\$ 2 milhões de dólares, e o valor corrigido US\$ 571 milhões de dólares.

Pela nossas estimativas de correção monetária podemos concluir que não houve superestimação, muito pelo contrário.

Isso não significa ausência de problemas nos pagamentos, os quais não tiveram o mérito avaliado nessa análise por falta de acesso à documentação.

Os cálculos aqui realizados foram conferidos, e se realmente o valor dos contratos refletiram os pagamentos efetivamente feitos, houve, na verdade, subfaturamento em vez de superfaturamento.

Se houve superfaturamento, foi por outros motivos, talvez ilícitos, e não por conta dos reajustes; do ponto de vista financeiro não houve, conforme mostram as **TABELAS 3 e 4**.

5.4 – Ressarcimento por Atraso de Pagamento

A partir do termo aditivo DJ-053/82/A .8/87, em sua cláusula segunda, a Superintendência da ponte reduziu o prazo de pagamentos de 30 (trinta) para 5 (cinco) dias, após a apresentação das faturas, incidindo o pagamento de pró-rata sobre os atrasos além deste prazo. A presente TABELA 5 apresenta os cálculos, feitos pelos peritos, do valor devido decorrente dos atrasos dos pagamentos.

TABELA 5
RESSARCIMENTO POR ATRASO DE PAGAMENTO

DUPL.	VALOR	DATAS		VALOR BTN		QUANT.BTN'S		DIF. em BTN
		VENCTº	PAGTº	Nº VENCTº	Nº PAGTº	VENCTº	PGTº	
37894P	15.530,12	26.02.89	16.05.89	1,0321	1,0763	15.047,11	14.429,17	617,94
37898	16.070,90	26.02.89	16.05.89	1,0321	1,2347	15.571,07	13.016,04	2.555,03
37897	2.385,72	26.02.89	16.05.89	1,0321	1,2347	2.311,52	1.932,23	379,29
37855	59.427,56	26.02.89	16.05.89	1,0321	1,2347	86.546,22	72.282,79	14.363,43
NL 096/89	117.117,82	26.02.89	22.05.89	1,0321	1,2347	113.475,26	94.855,28	18.619,98
37894	47.824,40	26.02.89	22.05.89	1,0321	1,2576	46.336,98	38.028,31	8.308,67
37896	165.762,58	26.02.89	22.05.89	1,0321	1,2576	160.607,09	131.808,67	28.798,42
37922	18.903,28	04.03.89	22.05.89	1,0419	1,2576	18.143,08	15.031,23	3.111,85
37923	32.559,18	04.03.89	22.05.89	1,0419	1,2576	31.288,20	25.921,74	5.366,46
37924	49.738,58	04.03.89	22.05.89	1,0419	1,2576	47.738,34	39.550,40	8.187,94
37925	25.833,56	04.03.89	22.05.89	1,0419	1,2576	25.754,45	21.337,12	4.417,33
38460	154.124,05	27.05.89	22.05.89 *					
38460	139.738,24	27.05.89	24.95.89 *					
38462	47.773,51	27.05.89	24.05.89 *					
38461	239.451,93	27.05.89	24.05.89 *					
38463	632.035,66	27.05.89	28.06.89	1,2770	1,5568	494.937,87	405.983,85	88.954,01
38462	33.802,75	27.05.89	28.06.89	1,2770	1,5568	26.470,44	21.712,97	4.757,47
						TOTAL		417.094,57

Fonte: Planilha elaborada pelos peritos

* Pagamento efetuado dentro do prazo de vencimento, não cabendo pró-rata

5.5 – Cálculos de Pró-rata das Faturas com Vencimento para 30 dias

O objetivo ao realizar-se esses cálculos é verificar e mostrar a diferença em BTN's, se os pagamentos das faturas fossem feitos em 30 dias e não em 5 dias.

Os cálculos, apresentados na **TABELA 6**, foram realizados a partir das planilhas de 1989, 1990 e 1991, pois obteve-se acesso somente às mesmas. Nesse trabalho mostrou-se, como exemplo, somente os cálculos feitos em alguns valores da planilha de 1989, pois como existem diversas planilhas, seria cansativo para o leitor ver a demonstração de todas. Contudo, os dados completos estarão disponíveis em arquivo eletrônico, com a autora, para quem estiver interessado.

TABELA 6
CÁLCULOS DE PRÓ-RATAS DAS FATURAS COM VENCIMENTO PARA 30 DIAS

Novo vencimento	BTN INICIAL	BTN FINAL	var %	Nova Btn pró-rata	Quant BTN no Pgto	Nova Dif em BTN
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	14.342,34	704,77
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	14.841,76	729,31
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	2.203,25	108,27
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	54.882,41	31.663,81
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	108.160,39	5.314,87
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	44.166,69	2.170,29
23/03/89	1,04	1,0991	4,5189	1,082816129	153.084,70	7.522,39
29/03/89	1,03	1,0900	5,4494	1,086129032	17.404,27	738,81
29/03/89	1,03	1,0900	5,4494	1,086129032	29.977,27	1.310,93
29/03/89	1,03	1,0900	5,4494	1,086129032	45.794,36	1.943,98
29/03/89	1,03	1,0900	5,4494	1,086129032	23.784,98	1.969,47
*						
*						
*						
*						
21/06/89	1,30	1,62	17,38	1,522	415.266,53	79.671,34
21/06/89	1,30	1,62	17,38	1,522	22.209,43	4.261,01
					Total	264.093,63

Fonte: Cálculos realizados pelos índices da BTN's do Banco Central

* Pagamento efetuado dentro do prazo de vencimento, não cabendo pró-rata

Porém, mostrar-se-á em outra tabela um resumo dos valores totais em BTN's, dos anos de 1989, 1990 e 1991.

5.6 – Cálculo dos Valores Totais de Pró-rata

A **TABELA 7** mostra os valores totais dos pró-rata feitos pelos peritos, para faturas pagas em 5 dias, e os valores encontrados com cálculos feitos para as faturas pagas em 30 dias.

TABELA 7
CÁLCULO DOS VALORES TOTAIS DE PRÓ-RATA NOS ANOS DE 1989, 1990 e 1991

DATA	DIFERENÇA EM BTN's ELABORADO PELO PERITOS	DIFERENÇA EM BTN's NOSSO CÁLCULO
1989	2.989.777,84	1.489.341,36
1990	2.554.280,49	1.842.015,56
1991	1.831.346,2	884.226,18
TOTAL	7.375.404,33	4.215.583,10

Fonte: Valores obtidos dos documentos dos peritos (coluna dos peritos)

Valores obtidos do nosso cálculo (coluna nosso cálculo)

Como mostra a **TABELA 7**, e seguindo a metodologia que os peritos utilizaram para os cálculos dos pró-rata, a mesma obteve um total em torno de 7 bilhões BTN's para o período considerado. Na nossa metodologia, com a mudança na data do vencimento de 5 para 30 dias, chegamos a um atrasado em torno de apenas 4 bilhões BTN's, ou seja, 57% daquele valor.

Convertendo-se esses valores em dólares obtivemos, para 7 bilhões BTN's, US\$ 4 milhões de dólares, e para 4 bilhões BTN's, US\$ 2 milhões de dólares.

Cabe ressaltar que esses valores equivalem somente uma parte do valor encontrado pelos peritos da Polícia Civil, pois como já foi salientado, teve-se acesso somente uma parte da documentação.

No período de 1989, verificou-se que a empresa recebeu em torno de 530 mil BTN's até a data de 14/09/89, portanto restando um saldo em torno de 2 bilhões BTN's. Então, descontado o valor que a empresa já tinha recebido, o valor do cálculo da nova diferença é em torno de 1 bilhão BTN's. Para os outros períodos não teve-se como saber, por falta de acesso aos documentos.

O Tribunal de Contas rejeitou o termo aditivo DJ-053/82/A 8/87, e que portanto, o pagamento de pró-rata somente deveria incidir a partir do dia 30 após a apresentação das faturas, conforme contrato original.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho tinha-se consciência da complexidade e da abrangência das atividades a desenvolver, para a consecução do nosso objetivo, devido às dificuldades encontradas no acesso aos documentos necessários.

Numa análise geral dos contratos DJ-053/82 e DJ-062/82 e seus aditamentos, observou-se que a construção da ponte Pedro Ivo Campos teve duas fases distintas, no que se refere à condução dos serviços pela Superintendência.

Na primeira fase, ou seja, até a lavratura do aditivo A .7/86 do contrato DJ-053/82, todos os processos que deram origem aos aditivos foram analisados pelo DER/SC, detentor do contrato.

A partir do aditivo A .8/87, a Superintendência passou a elaborar os aditivos seguintes, sem que os mesmos merecessem uma análise jurídica para fundamentação legal.

Devido a tantas irregularidade encontradas na construção da ponte, houve realmente a necessidade da realização de uma perícia para averiguar os fatos, pois este tipo de obra envolveu uma quantia vultuosa.

Percebeu-se, neste trabalho, que o ideal para a realização deste exercício em perícia seria ter acesso a toda documentação onde se pudesse analisar todas as planilhas contendo as medições, todos os pagamentos efetuados, bem como as correções monetárias que foram feitas nesses documentos.

Pela documentação à qual obteve-se acesso, concluiu-se que as empresas teriam perdido muito dinheiro, se tivessem trabalhado realmente com a correção monetária estimada nos contratos e termos aditivos.

As nossas correções foram feitas com base no valor médio do mês, sem levar em consideração o dia exato, sem fazer os pró-rata dos índices de inflação, o que também alteraria os valores. Baseado numa análise mais detalhada, isso poderia ter sido feito. Embora o contrato não previsse esse tipo de correção, numa análise financeira esta correção deveria ser feita. Naturalmente dependendo de questões legais, tal cálculo poderia eventualmente ser solicitado e feito.

Por fim, calculou-se o efeito da alteração do prazo dos pagamentos das faturas, em vez de 5 dias como estava previsto no termo aditivo A .8/7, para 30 dias. Pode-se calcular o impacto financeiro dessa alteração para os anos de 1989 a 1991. Os valores da correção monetária decorrente de pagamentos atrasados pelo Estado mudam significativamente representando em torno de 57% do valor calculado originalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APROVADAS mais três CPIs sobre a ponte. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24maio 1991,p.11.

BRASIL. Legislação. Conselho Regional de Economia da 7º Região-SC, Florianópolis: IOESC,1980.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração Pública e dá outras providências. Texto publicado no Diário Oficial da União n.127, de 06/07/94, com as alterações introduzidas pela Lei n. 8.883/94, Curitiba: ed. Zênite.

BELCHIOR, Procópio G.O. Orçamento-Programa. Companhia Ed. Americana, 1971, 218 p.

BOITEAUX, Carlos Henrique Silva. Avaliação do orçamento público e o processo decisório governamental, **Revista ABOP**, Brasília, maio/ago 1978, p. 57-99.

CRUZ, Flávio da. O Orçamento Uno e o Legislativo – Caso Brasil. Florianópolis: UFSC/CSE,1986. Dissertação (Mestrado em Administração) - CSE-UFSC.

DENÚNCIA pára obras na ponte Pedro Ivo Campos. **Diário Catarinense**, Florianópolis 24 maio. 1991, p.8.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A. , 1985.

MACHADO JR, J. Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. Lei 4.320 Comentada. 26 edição revista atualizada. Rio de Janeiro: 1995, 380p.

MAIA NETO, Francisco. Roteiro Prático de Avaliações e Perícias Judiciais. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora Ltda., 1997.

MARQUES, Newton Ferreira da Silva et al. **Finanças Públicas** – 2º Prêmio STN de Monografias/Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília: ESAF, 1998.

MEDEIROS JR, J. da Rocha, FIKER, José. **A Perícia Judicial: como redigir laudos e argumentos dialeticamente**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1978.

NASCIMENTO, Carlos do. **Finanças Públicas e Sistema Constitucional Orçamentário**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NEGRÃO, Theotônio. **Código Civil e Legislação em Vigor**. 13. Ed. São Paulo: Gráfica Circulo, 1994.

NOVELA da construção. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 out. 1997. p.8.

Relatório da Secretaria de Segurança Pública. Laudo Pericial nº. IC/1.235/92. Florianópolis, 1992.

ROMBO da terceira ponte chega a US\$ 20 milhões. **O Estado**, Fpolis, 25 mar. 1992

SILVA, Fernando Antônio Resende da. **Finanças Públicas**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística Básica**. São Paulo: Ed. Atlas S. A., 1978.

VIDIGAL, Geraldo de Camargo. **Fundamentos do Direito Financeiro**. Revista dos Tribunais, São Paulo: 1973, p.230.

ANEXO

EXMO. SR. DR. JUIZ-PRESIDENTE DA 5ª J.C.J DE FLORIANÓPOLIS/SC

Ref. Processo nº 00/99

Autor : SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

Ré : SUPERINTENDÊNCIA DA PONTE PEDRO IVO CAMPOS

ENEIDA ALVES TAVARES, economista designada perita nos autos da reclamatória de superfaturamento em epígrafe, vem, mui respeitosamente, perante esse MM. Juízo, para apresentar o resultado do levantamento pericial a que foi incumbida de realizar, o que faz nos seguintes termos:

A. Finalidades da Perícia

1. Levantar os valores dos Contratos DJ-053/82 e DJ-062/82 e toda adição de novos serviços, e refazer os cálculos de correções.

- 2- Calcular e verificar a diferença em BTN's, se os prazos de pagamentos das faturas fossem pagos em 30 dias e não 5 dias, como estava previsto no termo aditivo DJ-053/82/A .8/87.

PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA

B. Análise dos Documentos Periciados

O levantamento desses documentos compreendeu a análise do Contrato DJ-053/82 e DJ-062/82 e todos os respectivos aditamentos; além da análise das planilhas que compreendem os anos 1989, 1990 e 1991, as quais citam os valores pagos em BTN's, devido ao atraso dos pagamentos das duplicatas.

C. Quesitos

1. Qual seria o valor dos Contratos DJ-053/82 e 062/82 e seus aditivos, se as correções fossem feitas segundo as normas de reajuste prevista nos contratos?

R: O valor do Contrato DJ-053/82 e todas as adições de novos serviços, com suas devidas atualizações monetária seria Cr\$ 17.292.555.160,04; e o Contrato DJ-082/82 seria Cr\$ 8.166.093.880.07.

2. Qual seria a diferença em BTN's, entre a data da emissão das duplicatas e a data do vencimento, se os pagamentos fossem feitos em 30 dias e não 5 dias, como previa o aditivo DJ-053/82/A .8/87?

R: A diferença consta na tabela abaixo.

DATA	DIFERENÇA EM BTN's DER	DIFERENÇA EM BTN's NOSSO CÁLCULO
1989	2.989.777,84	1.489.341,36
1990	2.554.280,49	1.842.015,56
1991	1.831.346,2	884.226,18
TOTAL	7.375.404,33	4.215.583,10

OUTROSSIM, coloca-se ao inteiro dispor desse MM. Juízo e das partes, para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos sobre o trabalho ora realizado.

Termos em que
Pede e espera deferimento

Florianópolis, 15 de março de 1999.

Eneida Alves Tavares
Corecon/SC - nº 0000